
059ª SESSÃO ORDINÁRIA 25JUN2018

(Texto com revisão.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

Vereadora Fernanda Melchionna (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Vera Saraiva.

Vereador Adeli Sell (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Ivo Bender.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

Vereador Mendes Ribeiro (PMDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, após a Tribuna Popular, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Estado do Rio Grande do Sul – SATED/RS, que tratará de assunto relativo ao PLCE nº 010/18 e aos espaços públicos fechados. O Sr. Fábio Restori da Cunha, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. FÁBIO RESTORI DA CUNHA: Boa tarde a todos e todas, quero agradecer à Presidência da Casa por nos ceder este espaço. Venho aqui solicitar aos Vereadores e Vereadoras uma atenção muito grande ao PL nº 010, que é o que pede o fim dos fundos, os inúmeros fundos desta Cidade: o da assistência social, o do esporte e, no nosso caso, os da cultura, que são o Fumproarte, o Funcultura e o Fumpahc. Se esse PL passar, será a morte da cultura na capital dos gaúchos. É muito simbólico, hoje é um dia de luto, com Ivo Bender, enfim, então, se a gente perder esses fundos, a cultura em Porto Alegre estará comprometida, por isso eu peço a atenção dos Vereadores que estão conversando ali, Ver. Pujol, porque é um projeto muito delicado. Hoje estamos comemorando o Theatro São Pedro com muito orgulho, mas, ao mesmo tempo o Município, que comemora algo estadual, no Município, ele não tem o mesmo olhar, ele quer acabar com os artistas, e não só com os artistas, mas com o fundo dos animais também. São vários fundos, mas claro que eu vou falar sobre os artistas. A nossa Cidade já foi celeiro da arte, da cultura, não só do teatro, mas também do circo, da dança, da música e da literatura. Se esse PL for aprovado, se vocês derem visto a acabar os fundos, o fim dos artistas em Porto Alegre será trágico, porque não terá mais como se fazer arte nesta Cidade. Esta Cidade será mais violenta, porque não se trata apenas da segurança pública; sem educação e sem cultura, o futuro está comprometido.

Eu também quero alertar sobre a questão dos espaços culturais da Cidade, que estão se fechando, estão acabando, estão sendo sucateados. A Usina do Gasômetro, que, até maio de 2017, tinha 20 grupos de artes cênicas e de música, hoje não tem nenhum grupo, não tem nenhuma atividade sendo feita lá. Esses grupos foram deslocados para uma escola ali no bairro Santana. Além de nos tirarem e quererem acabar com a gente, nos colocam em atrito com a educação. Isso é tapar o sol com a peneira. Tiraram os grupos da Usina, levaram para as escolas.

Acho que o projeto está indo na contramão. Nós deveríamos ter um projeto em que cultura e educação fossem aliadas, para combater a violência e tudo isso que nós estamos vivendo na Cidade. Enquanto não houver esse olhar, seja de que lado for a sua ideologia, nós vamos viver numa cidade sitiada pela violência. O caminho que nós, enquanto sindicato, estamos propondo é o do investimento na cultura, no espaço para a cultura. É importante termos, nas periferias, centros culturais. Se pudermos, na hora

inversa da escola, levar os nossos filhos para eles pintarem, dançarem, cantarem, eles serão, com certeza, cidadãos mais conscientes. Vivemos um momento de muita violência, ódio. Eu não acredito que seja através de armas e com mais violência... Sou daquela geração que cresceu ouvindo que violência gera violência. Com educação e cultura, nós vamos desenvolver outra mentalidade, outra percepção, seja do lado que for, seja a pessoa gremista ou colorada, de esquerda ou de direita. Agora, se acabarmos com os fundos, com os espaços, esta Cidade vai ficar muito triste. Não estamos mais vendo nas ruas de Porto Alegre, como a Andradas, por exemplo, os artistas de rua, porque temos uma lei, somos uma das únicas, quase a única cidade – somente Rio, nós e Belo Horizonte - que tem lei para artista de rua. Se também não dermos condições para esses artistas, sejam de rua, sejam de sala... Nós estamos há três, quase quatro anos com o Teatro de Câmara Túlio Piva fechado, sem nenhuma perspectiva de reabrir. Só para falar, já que estão falando do Theatro São Pedro, no Estado, a gente só tem dois espaços: o Theatro São Pedro e a Casa de Cultura Mário Quintana. Tirando o Theatro São Pedro, que não tem edital público de concorrência, só a Casa de Cultura. Para os artistas que não têm acesso financeiro, a Casa de Cultura atende a todo o Estado. O Município fechou a Usina, que atendia à demanda daqui, fechou o Teatro de Câmara, e estamos com o teatro Renascença precário. Então, cada vez menos espaço.

Gostaria de pedir apoio também à questão do Hospital Psiquiátrico São Pedro, onde, até novembro de 2016, havia cinco grupos de teatro que ocupavam aquele espaço. Foram retirados de lá sem nenhum andamento pela Sedactel ou pelo leacen, tampouco pela SMC, um espaço que está lá atirado de novo, jogado ao tempo e às traças. Agora esse ataque, no Município, o PL nº 010, acabando com os fundos, acabando com inúmeros fundos. O que eu venho pedir é justamente esse olhar, que a gente deixe as nossas rivalidades de lado e pense numa cidade mais harmoniosa, com arte, com cultura, com educação. Sem isso, não adianta ter um policial na rua bem armado, ele não vai diferenciar quem é aluno e quem é bandido, ele vai atirar mesmo se eu estiver com uniforme da minha escola. Venho, em nome do SATED/RS, pedir aos Vereadores que votem contra o PL nº 010, que acaba com os fundos. Agradeço a atenção a quem me deu essa atenção, agradeço à Presidência por me ceder este espaço. Estaremos aqui no momento de luta, vamos ocupar, estamos esperando para ver quando vai ser a votação deste PL, porque a comunidade artística lá fora está bem preocupada com Porto Alegre,

com os seus espaços, com os seus financiamentos para arte, uma cidade que vai de celeiro da arte para um momento de trevas, sem nenhuma perspectiva. Dois anos sem edital do Fumproarte, o único fundo do Município que realmente atende aos artistas, um fundo democrático. A diferença do Funcultura – e não somos contra o Funcultura – é que ele é destinado ao Secretário, para ele gastar como quiser. Para nós, artistas, o importante é o Fumproarte. É uma comissão feita pela sociedade civil que avalia projetos de artistas, então, é uma maneira de chegar ao artista. Hoje, a cidade de Porto Alegre só tem um prêmio que está fomentando as artes desta Cidade, que é o Prêmio Glênio Peres, feito através da Câmara de Vereadores, da Presidência, que é ocupar o teatro aqui da Câmara, com os artistas ganhando um valor razoável para se apresentar, é mais um espaço.

Que a gente deixe de lado os nossos ódios, as nossas ignorâncias e vamos tentar buscar uma sociedade mais educada, com mais consciência de educação, cultura e arte. A arte, ela é para provocar, ela é para tirar do lugar comum; sem a provocação, sem isso não vamos ter o que a gente mais busca, que é o humano. Agradeço e espero que vocês tenham uma consciência, para este momento, que vá além das siglas de partido. Olhem para esta Cidade, porque esta Cidade está jogada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado. Convidamos o Sr. Fábio Restori a fazer parte da Mesa.

O Ver. Felipe Camozzato solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 25 a 27 de junho de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Fabrício Lunardi, nos termos regimentais, em função da impossibilidade de o Suplente Lino Zinn assumir a Vereança, que integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e Mercosul – CEFOR.

Quero dizer ao Fábio que a Câmara continua investindo em cultura. Teremos um evento cultural, que é tradicional, e o SATED está participando da comissão julgadora da 4ª Mostra; na quinta-feira, fui cumprimentar a comissão julgadora. Mais do que isso, estamos investindo um valor substancial num projeto cultural que é inédito, vamos fazer uma ópera rock em parceria com a Secretaria Municipal da Cultura. Será a primeira vez, porque

temos uma vocação, e tive que lutar muito aqui com a nossa burocracia para falar que o nosso Parlamento também tem uma vocação cultural, que temos que desenvolver e fomentar as atividades culturais. Dentro dessa nossa parceria, o meu querido Antonio Hohlfeldt, que logo estará aqui e terá um espaço – quero cumprimentá-lo e a todo o pessoal do nosso Theatro São Pedro –, nós vamos levar para a Cidade, inclusive para a periferia, depois que apresentarmos no dia 20 de setembro. Vamos levar o espetáculo, a ópera rock da Revolução Farroupilha para toda a Cidade. Nós, pela primeira vez, estamos abrindo o sinal da TVCâmara para, às sextas-feiras à noite, divulgar um projeto inédito também, que veicula os filmes que foram aprovados através do recurso da Fundacine, que, historicamente, não tinham veículo, não tinham um meio de comunicação. Agora, na gestão da atual Mesa, determinamos à TVCâmara que abrisse um espaço também para fazer isso. Dizendo isso, quero dizer que existe, com todo o respeito à esquerda, à Ver.^a Fernanda e aos partidos de esquerda, ou a outros partidos também, uma visão importante a respeito da questão cultural e do papel da cultura dentro de uma sociedade. E, no meu caso, do papel de fomento do estado em relação a essas coisas. O que eu gostaria é que houvesse o mesmo sentimento no sentido contrário, porque o que a gente vê muitas vezes é que as pessoas que historicamente - pelo menos nesses últimos 30 anos - estão ligadas à cultura fazem uma leitura que, às vezes, é de achar que só existe eco, que só existe espaço para atividade cultural nos partidos de esquerda. Eu quero dizer que, no meu caso, não é verdade, tanto é assim que a gente, de forma prática, está fazendo todas essas ações. Seja bem-vindo!

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Fábio, quero te cumprimentar e, na tua pessoa, cumprimentar todos os integrantes do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul – SATED que nos acompanham, na tarde de hoje, na Tribuna Popular. Eu gostaria de dizer que o quadro da cultura no nosso Município é muito grave. Há o desmonte de uma cultura que já era centralizada, 90% dos equipamentos públicos estão localizados na região central da cidade de Porto Alegre. Dentre eles, nós temos o Túlio Piva, três anos fechado; nós temos a Usina do Gasômetro, que não tem nenhum dos vinte grupos, como a gente construiu a Usina das Artes dez anos atrás. Nós temos, por um lado, a tentativa de retirar

os grupos do São Pedro, está aqui o Hamilton Leite, do Oigalê, são cinco grupos que compõem esse projeto lindíssimo e que, infelizmente, vem sendo atacado pelo Governo do Estado já faz anos. Por outro lado, nós temos um desmonte das políticas culturais e das verbas para a cultura. Nós sabemos que Porto Alegre nunca chegou, num período recente, a 1% do orçamento para cultura, mas o fato é que tem diminuído drasticamente. Não só diminuído, mas aquilo que está previsto não está sendo executado. Nós temos o caso do Fumproarte, em que as dívidas passadas não foram pagas, novos editais não foram lançados, para que cada uma das áreas possa ter uma produção e um estímulo e, sobretudo, a contrapartida pública, porque o rico do Fumproarte é a ideia de que novos atores, novos escritores, produções de grupos conhecidos da Cidade possam se inscrever e, pela comissão independente, ter os principais projetos avaliados e financiados. Mais do que isso, há a contrapartida pública, que é a apresentação para a comunidade. Ao mesmo tempo, esse projeto, que é extremamente democrático, está sendo desmontado pela ausência de recursos, mas, com o Projeto de Lei nº 010, ele será extinto na prática. Extinto na prática porque até 90% dos valores do Fumproarte, do Funcultura e do Fumpahc podem ser sursupriados desses fundos e ser utilizados para parcerias público-privadas, assim como o dinheiro do fundo do meio ambiente, assim como o do fundo dos catadores e recicladores, assim como o dinheiro do fundo da assistência social. Isso é um escândalo.

Eu também acho muito meritório, Presidente Valter, o projeto Glênio Peres, acho que é um projeto muito importante que a Câmara faz, mas, neste momento, também vai ter uma oportunidade de, em plenário, derrotar esse Projeto nº 010, porque ele é muito ruim para cultura, ele desmonta os três fundos da cultura, que serão extintos pelo projeto do Marchezan. Ainda não tem data para votar. Eu conversava com relação à previsão, mas, certamente, a manifestação do SATED, a organização dos artistas e da sociedade vai ser fundamental para garantir que não haja esse retrocesso. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caríssimo Fábio, saúdo V. Sa. e todos os representantes do SATED aqui presentes. Neste dia em que nós já prestamos homenagem ao autor de “As Cartas Marcadas”, ganhador do Prêmio Açorianos 2015, nosso Ivo Bender, também neste dia importante, quando nós vamos estar ouvindo o Antonio, o Moraes falarem do Theatro São Pedro, dos 160 anos, nós temos que fazer um movimento – vou apanhar a fala do Valter, nosso Presidente – de unidade, de união de forças, para que juntos possamos reestruturar as artes em Porto Alegre, especialmente os nossos teatros, seja na conquista dos recursos necessários para o Theatro São Pedro, seja no restauro e na preservação do Túlio Piva. Nós precisamos, Presidente Valter, Presidente Fábio Restori, do SATED, fazer esse movimento. Parece que somos castigados, como Sísifo foi castigado tendo que mover pedra morro acima – Morro da Polícia, Morro São Pedro, enfim. Quem sabe, com esse movimento, não surja uma faísca que possa, como Fênix, fazer brotar do chão de Porto Alegre, da modernidade suspensa, perdida no passado desta Cidade, que foi exemplo de modernidade e das artes, um novo fulgor, uma nova luz no horizonte.

Eu me somo à Ver.^a Fernanda Melchionna, em nome do PT, do seu Líder Ver. Oliboni, da Ver.^a Sofia Cavedon, que tem mantido contatos frequentes inclusive com o SATED, com o Ver. Sgarbossa. Nós queremos fazer um movimento de unidade dos Vereadores, do Parlamento, para questionar o projeto dos fundos. Ele tem vícios, ele tem elementos contraditórios à legalidade, contraditórios aos cinco princípios básicos do direito administrativo. Nós vamos questionar um por um, a começar por sua legalidade.

Vida longa ao SATED, viva o teatro de Porto Alegre, vivam as artes! Que fulguem no futuro, brotando das cinzas a Fênix da cultura. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Eu vim, em especial, falar para o Fábio que, além de qualquer coisa, é um amigo de mais de 20 anos, não é? Um artista importante de um grupo muito importante, Falos & Stercus, que faz um trabalho sensacional. Eu hoje trabalho com a causa animal, mas meu primeiro contato, como sempre falo, no meio

artístico, a minha primeira experiência aqui na Câmara – não sou artista, mas um admirador das artes – foi com a Margarete Moraes, num outro momento para a cultura, tanto em Porto Alegre como no Rio Grande do Sul. Mesmo naquele momento, a cultura nunca chegou, assim como a causa animal, a um ponto ideal, não é, Fábio? Essa é a verdade. Lembro que comentava com a Margarete, quando ela comemorava uma vitória, porque a verba para Porto Alegre era de 0,8 ou 0,9%, isso nos anos 2000. De lá para cá, a situação só se agravou. Lamentavelmente, a cultura não é valorizada; na verdade, nunca foi valorizada da forma que deveria ser. E um povo sem cultura, não preciso nem dizer as consequências diretas, como tu muito bem colocaste aqui. Então, o meu apoio incondicional e irrestrito à cultura, como sempre. A nossa luta é árdua, mas temos que seguir, assim como a luta pela causa animal, que também é. Obrigado, Fábio.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Rodrigo Maroni. O Ver. Fabrício Lunardi está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR FABRÍCIO LUNARDI (NOVO): Obrigado. Gostaria de saudar a todos os colegas Vereadores, que sempre me recebem muito bem nesta Casa, bem como ao Fábio, com quem tenho uma interseção muito grande, porque, eu, inclusive, sou músico, vivi de música durante alguns anos, morei em São Paulo vivendo de música. Acredito muito no poder de transformação que a arte tem, estou junto contigo neste pensamento, porém gostaria de frisar algo que acho perigoso: o pensamento que, às vezes, reforça a ideia de que a arte depende exclusivamente de aporte financeiro público. Eu não acredito nisso, eu acredito que nós, como defensores da arte, amantes da arte, podemos olhar para bons exemplos de países que conseguem ter uma faixa de produtividade na sociedade em que as pessoas, a partir de certo capital acumulado, conseguem ter tempo e possibilidade para ter reflexão artística e intelectual. Isso se consegue, por outro lado, senão pela prosperidade econômica. Eu, como artista e defensor da arte, acredito que anda junto a isso a defesa de a gente ter prosperidade econômica e a liberdade para que a arte não dependa exclusivamente de aporte financeiro público, mas das pessoas que têm interesse naquilo que está sendo produzido. Acho que é essa preocupação, é esse o complemento que eu queria fazer, Fábio. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Fabrício. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Fábio, primeiro, parabéns por ter vindo à Câmara, trazendo aqui o SATÉD. Eu vejo a vinda, neste momento, para falar sobre os fundos, como um alerta para as demais comunidades ligadas às políticas públicas de cada fundo. Você mesmo citou a questão dos animais; tem a questão do esporte, não vimos ninguém do esporte se movimentar; tem a questão do Fundo do Plano Diretor Cicloviário. Quer dizer, esses projetos conseguem mexer em todas as conquistas que foram feitas ao longo da história. Se cada fundo foi criado ao longo dos últimos anos para atender a determinadas políticas específicas, é porque isso fazia sentido, desde o fundo para os bombeiros, o fundo da Defesa Civil, qualquer fundo, ele tem uma justificativa em si. Eu te parablenizo por trazer o tema dos fundos, não somente o da cultura, tomara que sirva de alerta para que outras pessoas entendam o que está em jogo e que, infelizmente, pode ser votado nesta tarde, ou na próxima quarta-feira. Fica aqui o agradecimento, e vamos tentar divulgar isso, para que outras comunidades de políticas públicas se envolvam também nesse tema. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Marcelo Sgarbossa. Fábio, eu quero, mais uma vez, agradecer. O tempo regimental é de dez minutos na tribuna. Eu, em tese, também acho que, se nós tivéssemos um dinheiro carimbado para uma determinada atividade, ficaria mais fácil. Eu fui gestor do Mercado Público, e tinha um fundo do Mercado. Aquela verba lá, na verdade, eu acabei descobrindo que ela é meramente contábil. Embora se pague um valor – o Ver. Adeli também foi Secretário –, esse valor vai para Fazenda e lá desaparece. Eu fui o Líder do Governo aqui, quando nós instituímos o Plano Diretor Cicloviário, e lutei para que 20% das multas de trânsito aplicadas na Cidade fossem destinadas para o fundo que estabelece a política de ciclovias na Cidade, que é uma bandeira do Ver. Marcelo Sgarbossa também. Infelizmente, lutamos e fomos derrotados, quando o Município desvinculou os 20% da

política e estabeleceu como única política de ciclovia na Cidade hoje as contrapartidas dos empreendimentos, das construções, o que é um equívoco também. Aí eu acho que há equívocos por todos lados, e para um deles eu queria chamar atenção: nós não podemos demonizar a atividade produtiva, como disse o Ver. Fabrício, porque, desde sempre, na história da humanidade, os mecenas, os geradores de riqueza tiveram um papel importante na produção cultural. Uma vez nós fizemos uma missão: eu, o Ver. Nedel e outros fomos a São Francisco, na Califórnia. No museu de São Francisco, havia uma exposição de arte holandesa, que mostrava a importância desse papel, de como a família real holandesa havia estimulado a produção cultural. Mas aí a gente está falando um pouco de dinheiro que saiu do estado, dinheiro que saiu dos impostos. Em vários países do mundo, há exemplo da atividade cultural fomentada. As próprias políticas do Fumproarte e dessas outras fontes de estímulos precisam de atividade econômica, precisam de impostos e da possibilidade de renúncia de impostos para financiar esse tipo de coisa. Eu espero que – peço que levem isso para uma reflexão –, ao tempo que é tão importante vocês lutarem para que o olhar para a cultura seja mantido, não se caia nesse discurso fácil de uma visão meramente antieconômica, porque isso também, no final das contas, contribui para que sequem as tetas dessa vaca generosa. Porque, se é possível, se é desejável que se tire dinheiro do estado para financiar o fundo, esse dinheiro não é do estado, esse dinheiro é da sociedade, é dos impostos, é da riqueza das pessoas, é da atividade econômica e da atividade produtiva. Eu quero agradecer tua vinda aqui e dizer que a nossa gestão continua de portas abertas. Desejo que vocês continuem promovendo e produzindo cultura, o que é tão importante, para além de qualquer diferença ideológica, para uma sociedade desenvolvida e justa.

SR. FÁBIO RESTORI DA CUNHA: Só um aparte. Eu concordo em parte com o que vocês estão dizendo, mas é só pensar que é como uma mão, o dinheiro público é um dos dedos. Se vocês cortarem, eu fico com um dedo a menos. Vocês são Vereadores, são o Poder Público, têm que olhar... Concordo quando tu dizes que tem que ter uma preocupação econômica do setor. Para isso acontecer, tem que ter o diálogo com o setor. Se vem de cima para baixo, afeta o setor. O que a gente está pedindo é: já que há esse movimento do Governo, que dialoguem conosco, busquem alternativas, pois esta que está sendo proposta, garanto a vocês, é o fim da cultura em Porto Alegre. E não como um

lugar de mamar na teta, não; de financiamento, como é feito com outras empresas de outras áreas. Nós não estamos nem brigando pela isenção de impostos para espaços culturais ainda, como é dado para algumas empresas. É só nesse sentido. Muito obrigado.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h54min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): (14h55min) Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje este período é destinado a assinalar o transcurso do 160º aniversário do Theatro São Pedro, nos termos do Requerimento nº 064/18, de autoria da Mesa Diretora. Convidamos, para compor a Mesa, o meu querido amigo, ex-Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, ex-Presidente desta Casa, Sr. Antonio Hohlfeldt; e, também, o apaixonado, empolgado, dedicado Presidente da Associação Amigos do Theatro São Pedro, Sr. José Roberto Diniz de Moraes.

Senhores, eu vou passar a palavra aos nossos convidados, mas antes gostaria de dizer que, nos tempos primitivos do Rio Grande do Sul, ali na praça dos três poderes, que toda e qualquer cidade do mundo civilizado tem, nós tínhamos a sede do Poder Executivo do Estado, o Tribunal de Justiça, o poder religioso, que era a nossa catedral, que continua ali, e o nosso Theatro São Pedro, que, inclusive, compunha o que a gente chamava de prédios gêmeos. Ao lado do Theatro São Pedro, existia um prédio igual, que era a sede do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Aliás, também o Ministério Público, que continua ali, no prédio do Forte Apache. Num determinado momento da história, incendiou o prédio do Tribunal de Justiça, que está sediado hoje num novo prédio, de estilo moderno, mas o nosso Theatro São Pedro permaneceu resistente, como expressão da resistência da cultura e das artes. O nosso Theatro São Pedro foi se degradando, sendo abandonado, quase ruiu. Num determinado momento da história, nós tivemos aí uma figura maravilhosa, uma alma dessas que brilha de quando em vez na

constelação da sociedade, na vida das cidades, que foi a D. Eva Sopher, que para cá veio e começou a mobilizar a sociedade gaúcha, para que pudéssemos restaurar o nosso Theatro São Pedro, e assim foi feito. A nossa D. Eva nos deixou há pouco, mas não nos deixa porque, na verdade, ficou o legado e ficou a história. A Associação Amigos ajuda a manter isso, com o nosso Moraes aqui. O Theatro São Pedro é uma referência para o Brasil e para o mundo, com toda a sua história.

Mais recentemente, nós fizemos um Câmara na Rua, alguns Vereadores foram lá e nós fomos visitar o projeto Multipalco. O Moraes nos conduziu por lá, e nós caminhamos e ficamos encantados com as salas de espetáculos, com os projetos sociais, inclusive, de música e artes que estão sendo desenvolvidos nas suas salas, com as salas acústicas e com a nova sala de teatro, a nova sala de espetáculos, que guarda as mesmas dimensões da sala original do Theatro São Pedro e que ainda precisa de recursos para ser concluída. O que a gente pode ver também é a qualidade do material com que está sendo construída essa nova parte do Multipalco do Theatro São Pedro, e eu acho que nós temos que ajudar para que isso continue sendo feito.

Eu quero, com muita alegria, nesta data em que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre está lembrando os 160 anos do Theatro São Pedro, passar a palavra ao hoje Presidente da Fundação do Theatro São Pedro, nosso ex-Presidente Antonio Hohlfeldt.

SR. ANTONIO HOHLFELDT: Boa tarde a todos; Ver. Valter Nagelstein, Presidente desta Casa; meu colega de trabalho Moraes, todos os colegas da equipe do Theatro São Pedro aqui presentes, especialmente o Dilmar Messias, o Luiz Gusmão, o João Antônio, que coordenam os nossos grupos e as nossas diretorias; todos os demais colegas que estão aqui, sobretudo porque – me permitam começar dizendo isso – nós somos mais do que funcionários da Fundação do Theatro São Pedro ou da Associação Amigos do Theatro São Pedro, nós somos todos militantes do Theatro São Pedro. Acho que é uma diferença fundamental, porque, para vocês terem uma ideia, ontem, boa parte dos nossos colegas estiveram no teatro até mais ou menos dez horas da noite, pois tínhamos atividades simultâneas no teatro e na sala de música do Multipalco. Hoje de manhã, obviamente, cedinho, estavam todos nos seus afazeres, porque nós temos que preparar as múltiplas atividades. Essa é uma característica. O espectador, o que frequenta o Theatro São Pedro, evidentemente que, de resto, todas as outras salas, mas muito especialmente o

Theatro São Pedro, chega um pouquinho antes para assistir ao espetáculo, pode subir até a confeitaria, tomar um cafezinho ou coisa parecida, depois desce e assiste ao espetáculo. Terminado o espetáculo, ele aplaude, agradece e vai embora para casa. Mas para nós, que estamos na equipe do Theatro São Pedro, o que está em volta desse espetáculo são literalmente dezenas e dezenas de horas. Para vocês terem uma ideia, agora nós estamos abrindo o espaço para requisição de datas de apresentação para o ano que vem. Nós temos um sistema *on-line*, então o artista ou o grupo, seja de Porto Alegre, do interior, ou de fora, de outros Estados e até de outro País... Por exemplo, tivemos, há poucos dias, a visita dos representantes da Ópera de Pequim verificando as possibilidades de datas, de espaço para se apresentarem em Porto Alegre. Nós recebemos o grupo, fizemos contato com eles por telefone, por *e-mail*, enfim, outro meio dessas redes sociais, o grupo se cadastra, passa os dados indicativos, sugere as datas, e nós vamos ver a disponibilidade, vamos fixar os preços que estão dentro das nossas possibilidades. Mas isso passa a ser acompanhado *pari passu* por todas as diretorias do teatro no sentido de que, quando nós chegarmos perto da apresentação do espetáculo, do *show*, do recital, do concerto, nós tenhamos toda a infraestrutura do teatro devidamente disponibilizada. São os *spotlights*, a questão de calefação, a questão de corpo de pessoal para poder abrir e fechar o teatro; se for uma montagem teatral, a chegada dos caminhões com todo o material do cenário em horários compatíveis, porque, como nós estamos bem ali no Centro da Cidade, obviamente eu não posso largar um caminhão, aquelas jamantas enormes às 10 horas da manhã numa segunda-feira. Nós ainda temos que ter os horários noturnos, o que significa horas extras para todo o pessoal. Quando termina o espetáculo, da mesma maneira, tem que haver a limpeza do teatro, tem que haver a reorganização dos espaços, tem que haver o reparo do espaço cênico propriamente dito, tem que haver o desmonte e a carga de todo o material do espetáculo e assim por diante.

Para vocês terem uma ideia, ontem à tarde, nós tivemos a Orquestra de Câmara do Theatro São Pedro, que fez uma primeira parte do espetáculo com os músicos no palco. Na segunda parte, desceram para o fosso, e em cima, nós tínhamos, no palco propriamente dito, um balé. Simultaneamente, na sala da música, nós tínhamos um espetáculo de teatro. Tudo isso significa equipes trabalhando. Nós temos a divulgação, comandada pelo Diego, temos a parte de infraestrutura, de poder verificar o que está

faltando, porque, vejam, o uso faz com que se desgastem e falem equipamentos. Na verdade, ter um teatro não é só a criação do novo espaço, é uma constante manutenção e acompanhamento. Vocês imaginem o Theatro São Pedro em 1858, quando abriu suas portas, ele já tinha uma bela iluminação feita a velas. Significava que o espectador que estava lá embaixo, na plateia, corria o risco de, daqui a pouco, sentir uma vela pingando na sua cabeça. Eu não falo nem no risco de queimar um sujeito mais careca, por exemplo, ou, quem sabe lá, sair cheirando, daqueles tipos de velas antigas que nós tínhamos. Hoje isso é elétrico. Mas vocês imaginem de quantas pessoas nós precisamos para baixar aquele lustre, que tem mais de 200 lâmpadas, subir de novo e trocar as lâmpadas quando elas queimam. Quer dizer, não é coisa, Ver. Adeli Sell, que a gente pode fazer toda semana, porque temos, inclusive, que preparar uma infraestrutura junto às poltronas, para poder baixar o lustre, fazer as trocas e subir de novo. Isso demanda praticamente um dia de trabalho. Essas são algumas coisas do dia a dia de um teatro. O Theatro São Pedro foi idealizado em torno de 1830. Nós tivemos, depois, a Revolução Farroupilha, que, obviamente, entre 1935 e 1945 impediu qualquer ação nesse sentido. A partir de 1850, o teatro teve, efetivamente, iniciadas as suas obras. Vejam vocês, nessa época, fazer uma obra do tipo do Theatro São Pedro não era pouca coisa. Mas ele foi terminado exatamente oito anos depois. Em 1858, ele estava sendo entregue à comunidade. Essas datas estão registradas. Estão lá as inscrições nos aparelhos, nas paredes e na estrutura toda que integra o nosso teatro. O que era o Theatro São Pedro para Porto Alegre naquele momento? Certamente era o único espaço de referência cultural. Claro que, com o passar do tempo, abriram-se outros espaços. Hoje em dia, nós temos dezenas de outros espaços que não são só as salas de teatro, mas sobretudo nós temos tecnologias e alternativas em nível de a gente ficar em casa vendo uma televisão, Netflix, redes sociais. Há outras alternativas. Mas, vejam, o Theatro São Pedro continua não só central do ponto de vista histórico da região de Porto Alegre que ele ocupa, mas porque um grupo, ou um artista apresentar-se no Theatro São Pedro é, efetivamente, uma alegria, uma honra, e eu diria para vocês, sem medo de errar, uma emoção. Se a gente olhar o prédio de fora, vai dizer “bom, ele é pequenininho”; se a gente olhar por dentro, vai dizer “ele é bem grande”. Mas, quando a gente está com o teatro lotado, chega na boca de cena e começa atuar, esse teatro tem uma proximidade, um carinho, uma disponibilidade de ouvido, de atenção, que é uma das coisas que faz com que todos os

artistas se emocionem. Aqui nós temos uma distância grande entre esta tribuna e o lugar das cadeiras, das poltronas deste espaço. No Theatro São Pedro, aparentemente, a distância física é a mesma, mas a distância emotiva, a distância de proximidade de comunicação é absolutamente diferente. Essa é, de uma certa maneira, a mágica de um teatro, muito especialmente a mágica do Theatro São Pedro. A Eva, nos 40 anos que trabalhou nesse teatro, tomou uma decisão que foi fundamental para o estado de conservação que ele se encontra hoje: ela tratava o Theatro São Pedro como a sua casa. Se um pedacinho do tapete rasgava, se alguma coisa quebrava, ela, imediatamente, com sua equipe, tratava de arrumar, de consertar e de colocar no seu estado novo. O que nós temos como consequência é que, naqueles anos de 1970, praticamente todos os grandes teatros históricos no Brasil estavam sendo recuperados. Desde Manaus, passando por Fortaleza, São Paulo e Rio, com os teatros municipais, o próprio teatro de Florianópolis, o Álvaro de Carvalho, o nosso Theatro São Pedro. O Theatro São Pedro, desde que reabriu, nunca precisou de uma obra de restauração, porque ele foi sendo cuidado e mantido no seu dia a dia. Outros teatros já tiveram que fechar de novo, às vezes, tiveram que passar meio ano ou um ano para poder ser recuperado. E vejam a audácia da D. Eva, ela manteve, absolutamente, o aspecto do teatro na sua origem e, ao mesmo tempo, modernizou. Na época da reinauguração é que começou a tecnologia de ponta, que esses teatros poderiam dispor.

Mas senhores e senhoras, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, já se passaram 30 anos, e nós estamos na hora de, de novo, ter que fazer alguma manutenção e renovação do teatro, esse é um desafio. Nós temos que trocar o ar-condicionado. O Presidente Valter e alguns Vereadores com quem eu tive o prazer de conviver certamente sabem: um ar-condicionado gasta com o tempo. Nós já tivemos problemas aqui no nosso plenário em relação ao ar-condicionado central, então, nós vamos ter que mexer no ar-condicionado. Nas poltronas do teatro, pelo simples fato de serem usadas, o senta e levanta, o tecido gasta, temos que trocar também. Temos que nos adaptar aos novos tempos, às tecnologias, às regras, por exemplo, dos PPCIs. Esses são desafios do dia a dia.

Fora isso, nós temos o Multipalco, mas prefiro deixar para o colega Moraes conversar um pouquinho sobre ele com os senhores e com as senhoras. São dois aspectos de uma mesma realidade, são dois irmãos siameses, se quiserem, que estão no mesmo espaço e

que dependem do carinho, da compreensão e do apoio não só desta Casa, que é importante, é fundamental, porque ela representa a Cidade, mas depende também de cada pessoa, de cada morador. O Theatro São Pedro não é um equipamento de estado, de governo; o Theatro São Pedro é um equipamento da cidade de Porto Alegre, e é nesse sentido, Presidente Valter Nagelstein e Srs. Vereadores, que eu quero agradecer a oportunidade de retornar a esta Casa na passagem dos 160 do Theatro. Eu espero que – não comigo, certamente, nem com os senhores –, daqui a 160 anos, a gente possa ter outra Sessão destas para continuar falando no Theatro São Pedro. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, meu caro Antonio Hohlfeldt. Eu compreendo as dificuldades, já fui Presidente da Associação de Amigos Júlio de Castilhos. É uma dificuldade para se colocar essas questões.
O Sr. José Roberto Diniz de Moraes está com a palavra.

SR. JOSÉ ROBERTO DINIZ DE MORAES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, prezados colegas deste desafio permanente que é o Theatro São Pedro, é um prazer muito grande estar aqui, para trazer um pouquinho da nossa experiência. Pegando o gancho do Presidente, a Dona Eva, na realidade, com o seu trabalho, deixou uma herança para todos nós, uma herança que passou à sua equipe, que estamos fazendo e manteremos: do cuidado permanente. Na realidade, ela estabeleceu uma cultura de cuidados dentro da casa. Perpassa todos os elementos que lá trabalham, desde o vigilante, o pessoal de apoio, o pessoal do planejamento, até todos nós. Exatamente dentro desse princípio, nos 150 anos em que se fez um trabalho um pouquinho maior de restauro, as pessoas, depois do trabalho todo, passavam lá e perguntavam: “O que foi feito?”. Na realidade, essa é a mágica, é conseguir conservar como novo um espaço que está sendo usufruído todos os dias da semana, a cada dia do ano. Dentro desse desafio, ela lançou também o Multipalco.

Eu não quero me alongar nem ser repetitivo, mas gostaria de aproveitar a oportunidade em que esta Casa faz esta homenagem merecidíssima, a nosso juízo, aos 160 anos do Theatro São Pedro, para trazer aos Srs. Vereadores um desafio. Há uma ideia antiga – nem tão antiga assim, na verdade – que tem a sua origem, se não me engano, na

administração Collares, de que uma das poucas formas que o Município tinha de fazer esse apoio era com modificação, ou abrindo espaços para negociação de índices construtivos. Esse mote foi implementado, se não me engano, no Governo Fogaça, ou seja, trata-se de uma medida de senso comum que permitiria, sem que o Município precisasse despende nenhum tipo de importância financeira, a continuação do projeto Multipalco.

Sabem todos que o projeto Multipalco é um projeto extremamente ambicioso. São 18.860 metros quadrados de área nova para as artes e para a cultura da Cidade. Mas o projeto não se esgota na cultura, não se esgota no teatro, ele transformou e transformará, efetivamente, o Theatro São Pedro de uma casa receptiva em uma casa propositiva, em que muitos outros aspectos culturais serão acolhidos. É uma edificação de importância, a nosso juízo, fulcral para o desenvolvimento da nossa Capital, uma vez que ela oportuniza o resgate do Centro Histórico da Cidade, ela oportuniza o uso efetivo do Centro Histórico da Cidade. É uma obra que terá importância turística para Porto Alegre, é uma obra que está colaborando para uma visão ecológica do Poder Público e das coisas públicas em torno de uma melhor qualidade de vida. Dentro desse espírito, hoje nós já temos telhado verde, nós temos toda a rede hidráulica duplicada, para trabalhar fundamentalmente com água da chuva, temos espaço para colocar, logo em seguida, placas de captação de energia solar, que permitirão independência e diminuição de custos de manutenção da casa. E agora que temos o Centro da Cidade tubulado com canalizações de gás, quem sabe uma central térmica movida a gás? Custa um pouquinho mais, mas, para uma casa que está aí a prestar serviços há 160 anos e que pretende, conforme o nosso Presidente Hohlfeldt colocou agora, estar a postos nos próximos 150, faz todo o sentido pensarmos em estruturas perenes, em estruturas que podem custar um pouco mais na sua implementação, mas que, certamente, não apenas melhorarão a qualidade dos trabalhos que prestamos, mas os tornarão mais viáveis do ponto de vista financeiro. A nossa comunidade – e aqui falo pela Associação Amigos Theatro São Pedro –, que está mais presente lá no dia a dia, felizmente não tem nunca, nesses últimos anos, nos negado o seu apoio. Hoje nós temos um índice de adimplência bastante alto, muito significativo, mais de 90% dos nossos associados cumprem a sua presença, temos um associado muito presente. Graças a eles, nós estamos aqui.

Precisamos, realmente, do apoio desta Câmara no sentido de nos olhar com todo o carinho possível, que nós, aliás, sempre tivemos. Fica aqui o desafio de, quem sabe, permitir que a Associação Amigos do Theatro São Pedro possa comercializar alguns índices construtivos que lhe permitam terminar, finalmente, o Multipalco e entregá-lo integralmente à Cidade. Muito obrigado a todos os senhores pela homenagem, estamos esperando a visita de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, meu caro Moraes. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, colegas, todo mundo que nos acompanha; não usarei os cinco minutos, mas eu não poderia deixar de subir a esta tribuna. Apesar de ter nascido em São Borja, como os colegas sabem, há muitos anos Porto Alegre me adotou. A minha família reside no Centro, e a gente convive, infelizmente, com a degradação do Centro da Cidade. A minha família, os meus avós maternos, o lado materno da minha família sempre frequentou muito o Theatro São Pedro. A gente sabe da importância deste projeto – estive, junto com a Câmara, em duas oportunidades, visitando o Theatro –, o projeto Multipalco. Mas eu subi a esta tribuna com um objetivo muito maior. Subi a esta tribuna para falar ao meu mestre e orientador, meu primeiro incentivador e o principal responsável por eu ter tido a coragem de ingressar na vida pública: Dr. Antonio Carlos Hohlfeldt, que foi para mim, muitas vezes, um exemplo de homem público e também um exemplo muito grande na vida pessoal. Eu divido aqui com a maior tranquilidade e abro o meu coração para dizer que, em alguns momentos, o Prof. Antonio Hohlfeldt foi, de certa forma, até pai de uma série de jovens que lutavam por políticas públicas de juventude, não só na época em que estive nesta Casa, mas quando foi Vice-Governador e, algumas vezes, Governador. Eu tenho que, publicamente, aproveitar esta oportunidade para dizer a ti, Antonio, que, quando ingressaste na sala do porão do Palacinho dizendo que eu tinha que concorrer a Vereador, incentivando que eu concorresse a Vereador... E a minha família foi contra, não me apoiou. Quero dizer, de todo o coração, muito obrigado, obrigado pelo incentivo que o senhor me deu com o seu exemplo, com as suas palavras e com a sua conduta de vida. Tenho certeza que todos

aqui, em algum momento, podem não ter concordado com o senhor na sua trajetória política, mas todos sabem do que estou falando quando falo da sua lisura, do homem que o senhor é e será, mesmo tendo galgado e passado por cargos públicos de relevância. O senhor é um orgulho para a categoria e para a classe política, exemplo de homens que colocam os interesses coletivos acima dos interesses pessoais. Eu, particularmente, sou muito, mas muito influenciado pela sua trajetória de vida, pelo homem que o senhor é. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, colegas Vereadores, minha intenção, desta tribuna, é dar as boas-vindas ao nosso Presidente da Associação Amigos do Theatro São Pedro, Dr. José Roberto Diniz de Moraes. Mas gostaria de subscrever tudo aquilo que foi dito pelo Ver. Moisés Barboza sobre o Professor Antonio Hohlfeldt, que foi Vereador desta Casa e que está nos visitando agora como Presidente da Fundação do Theatro São Pedro. O Sr. Antonio Hohlfeldt é reconhecido pela sua lisura como homem público, pela sua postura íntegra, sempre dedicado ao bem comum. É um homem que, mesmo exercendo o cargo de Vice-Governador do Rio Grande do Sul, não largou a sala de aula. Quero dizer ao senhor, Professor, que o senhor me inspira, que o meu empenho é para seguir o seu exemplo: tenho tentado e, até agora, tenho conseguido. Vejo o quanto foi difícil para o senhor a partir da minha experiência, porque a dedicação de um homem público é 24 horas por dia. Mas quem ingressa na política tem que ter em mente, Ver. Adeli, que a política não é uma profissão. Ser Parlamentar não é uma profissão, não é uma carreira, é um serviço. Nós não podemos estar desconectados da sociedade e das nossas atividades enquanto cidadãos da nossa Cidade. Eu quero, em nome do meu partido, o PROS, e também acho que todos os Vereadores serão unânimes em dizer que o Theatro São Pedro conta com esta Casa em tudo aquilo que estiver ao nosso alcance, porque é um tesouro, é um patrimônio de Porto Alegre, é a nossa casa, é o nosso cartão postal, é o nosso cartão de visitas, é o nosso emblema. É a casa da diversidade, do pluralismo, por isso cosmopolita como a nossa Cidade. É a casa que

reúne as mais diversas manifestações culturais, que não tem perfil ideológico nem religioso, mas que é absolutamente plural, diversa e celebra a nossa cultura.

Vida longa ao Theatro São Pedro! Eu quero colocar o meu mandato, colocar o PROS à disposição de todas aquelas causas de relevância e de importância para a Cidade. Muito obrigado, sejam muito bem-vindos, meu caro José Roberto Diniz e Antonio Hohlfeldt. Muito bem-vindo a esta Casa, onde, por muito tempo o senhor esteve sentado, muito nos honra a sua visita. Muito obrigado, Professor. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Professor Wambert. O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Paulo Brum.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Boa tarde, Presidente Valter Nagelstein. Eu queria agradecer ao Paulinho Brum o tempo que me cedeu para fazer esta saudação e oferecer este trecho que eu vou falar para o Moraes, para o meu querido Ver. Valter Nagelstein e para a minha bancada. “Sou um homem de teatro. Sempre fui e sempre serei um homem de teatro. Aquele homem que espelha a sua vida nesses metros de tablado, esse é um homem de teatro. Por isso, mensageiro do canto me apresento, sem marca ou cicatriz, limpas as mãos, minha alma limpa. Espelho a minha palavra com a força de um documento. Para distrair pessoas já de si tão desatentas, eu não canto. Só canto quando brilha, nos olhos de quem me ouve, a esperança.” Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Sofia Cavedon.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caríssimo Valter, digníssimos visitantes Moraes e Hohlfeldt, o Antonio é uma marca na minha vida. Eu era estudante; logo depois, começando minha lide de professor, nos bons tempos da boa empresa de Porto Alegre. Quem nos dava guarida, abria espaço no jornal? Jornalista Antonio Hohlfeldt, professor. Se tem alguém que escreve sobre teatro, que entende de teatro, está aqui, cidadão

Antonio Hohlfeldt, que dignou esta Casa desde 1982, como Vereador do Partido dos Trabalhadores na época. Antonio, por vários momentos nos encontramos, em vários momentos tivemos sintonia, porque somos pessoas que pensamos no outro, respeitamos o outro, sabemos que temos que conviver em sociedade para que a Cidade avance, e muito. Aqui, no dia 15 de fevereiro, fizemos uma homenagem à Associação Comercial de Porto Alegre que fez 160 anos, e, na ocasião, eu dizia: não podemos esquecer que no dia 27 de junho temos que homenagear os 160 anos do Theatro São Pedro. Valter, eu, outros Vereadores estivemos lá no teatro, o Moraes nos acompanhou. Eu vejo todos os dias o encanto e a beleza do Theatro São Pedro de cima, da janela do meu edifício. Nós temos muito ainda a fazer pelo Theatro São Pedro, porque em 1973 teve que ser fechado – tivemos aí o concurso, a ajuda de grandes arquitetos como o Mancuso que, em 1975, pôs a mão na massa para restaurar, ajudar, transformar; em 1982 foi transformado em uma fundação; em 1984, teve a festa de reabertura; em 1985, a formação da associação. Esse prédio maravilhoso, em estilo neoclássico, precisa ter o nosso apoio, precisa, sem dúvida nenhuma, de todos os Vereadores, divulgando suas atividades e fazendo também com que possamos arrecadar fundos pelo sistema de incentivo fiscal para concluir as obras que ainda faltam.

Vereador Fabrício Lunardi (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Adeli. Eu intervenho para saudar o Antonio Hohlfeldt, que também é um mestre para mim, então, eu me solidarizo com que tu estás falando. Ele foi meu professor e é um ícone da crítica de teatro – também me solidarizo com isso que tu falas. E parabeno o nosso Theatro São Pedro, que é um orgulho para todos os gaúchos, quando saímos daqui, ouvimos isso bastante. É uma ação da sociedade civil organizada, é uma verdadeira participação popular como é gerido o Theatro São Pedro, e temos frutos aí já há mais de séculos. Então, muito obrigado, Adeli, por ter me dado a oportunidade de poder falar.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu que agradeço por sua contribuição. Mais uma amostra de que, Antonio, você tem um fã clube aqui e fora daqui, porque esse teu trabalho, essa tua dedicação – permita-me ousar chamá-lo de tu –, porque eu vejo, no dia a dia, a tua fibra, a tua dedicação ao Theatro de Porto Alegre, do Estado do Rio Grande

do Sul. Nós precisamos continuar nessa trilha. Lembro também às senhoras e aos senhores que esse prédio neoclássico tinha um gêmeo ali onde está o nosso Tribunal de Justiça e que queimou tempos atrás, foi uma situação bastante nebulosa a causa do incêndio daquele prédio. Nós temos que guardar, restaurar o Theatro nos seus 160 anos, terminar o Multipalco e todo o sistema de quase 10 mil metros quadrados, além do que já temos hoje. Aquilo é uma obra fantástica. Como disse aqui muito bem o Goulart, eu diria que a arte é necessária. Sem a arte, que aridez de mundo nós teríamos? Por isso que nós temos que resgatar essas histórias de Porto Alegre, os 160 anos do Theatro São Pedro. E temos que trabalhar para que, depois de 85 anos do Viaduto Otávio Rocha, Ver. Valter Nagelstein... Nós que já fomos lá, que apresentamos propostas à municipalidade, temos que retornar, temos que voltar, temos que cuidar que os prédios no Centro Histórico, como aquele na Rua Marechal Floriano com a Rua Riachuelo, para que não aconteça a barbaridade de ter que fechar a rua, porque pode cair na cabeça de alguém. O que é aquele esqueleto no Centro de Porto Alegre? São alguns prédios históricos abandonados, assim como eu disse antes na defesa do Theatro como a instituição das artes. Nós temos que unir Porto Alegre em defesa do seu patrimônio público, do seu patrimônio histórico e cultural. Obrigado. Vida longa ao Theatro São Pedro. Parabéns, Moraes; parabéns, Antonio Hohlfeldt.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa tarde. Quero pedir desculpas pela indelicadeza, mas, ao mesmo tempo, quero fazer uma saudação ao Hohlfeldt e ao tema do teatro, que seguramente, apesar de eu não ser um conhecedor profundo, acho fundamental estar sendo debatido aqui na Câmara.

Eu vim até aqui, Presidente Valter, demais Vereadores, Vereadoras, colegas, manifestar o que eu acho importante ser falado dentro desta Câmara, assim como todos os espaços políticos, André, que é a realidade que eu conheci nos últimos anos na proteção de animais. Todos sabem aqui que eu vivo todos os dias e as minhas noites – a madrugada de sábado eu passei praticamente cinco horas em cima de uma cavalo lá em Esteio,

numa vila, junto a protetores de quatro ONGs de animais de Esteio e Sapucaia. E o que eu identifiquei da proteção de animais nesses últimos anos é fundamental ser falado aqui. Eu acho que a proteção de animais é dividida em três grandes grupos, e é importante as pessoas saberem quais são esses grandes grupos. Os primeiros são aqueles que eu costumo dizer políticos eleitorais da causa animal. Normalmente são aqueles com perfil que usam o nome do Município ou do Estado a seu favor para se eleger dizendo que os órgãos públicos funcionam, sejam as secretarias, sejam os departamentos, seja uma diretoria, e se apegam a esses cargos e defendem, sendo que todo mundo sabe que não há política pública nenhuma para os animais. E a gente fala aqui da cultura – nenhuma, Hohlfeldt, nenhuma política pública para os animais em nenhum local. E eu quero que me apresentem qualquer Município – Viamão, Alvorada, Canoas, Gravataí, Esteio, Porto Alegre, no litoral ou no interior – que atenda algum animal em estado de emergência, em qualquer hora, principalmente no horário da noite no final de semana. Então, esses aproveitadores defendem a prefeitura e não os animais, defendem os seus cargos e não os animais.

Um outro grupo que é composto por uma meia dúzia, há muitos anos fatura com a causa animal, colocando a sua conta bancária para pedir dinheiro na internet. E esses dois grupos são os que me odeiam: o grupo dos políticos e essa meia dúzia que arrecadou dinheiro em cima dos animais. E por que eles me odeiam? Porque eu atendo, Ana. Dá muito dinheiro! Tem gente que arrecada R\$ 5 mil, R\$ 10 mil, R\$ 20 mil em um animal. E essa meia dúzia que eu estou em cima e que me odeia profundamente é um grupo que há muito tempo funciona junto com os políticos que passavam a mão e deixavam arrecadar. Só que hoje há um grupo majoritário na proteção de animais e esse, sim, eu defendo, que são aqueles que estão preocupados com o animal e com o seu atendimento. São aqueles que dão a sua vida, a sua madrugada, as suas noites, que pedem ração, que pedem para salvar vidas. E esse grupo é maioria no Estado do Rio Grande do Sul, e sabe que a Prefeitura não funciona, nem daqui, nem de Canoas, nem de Gravataí. Sabe que há maus tratos e que ninguém fala disso. Esse grupo sabe que o que importa não é encher a sua conta bancária, como essa meia dúzia faz, há muitos anos, pedindo dinheiro em cima dos animais. Para esses eu vou estar sempre, por isso que o Maroni virou um plantão 24 horas. Porque é na ausência de tudo – entende, Vereador? É na ausência de tudo que eu entro. É aonde não tem Prefeitura, aonde não tem secretaria,

é aonde não tem delegacia dos animais, é aonde não tem ninguém pra ajudar, quando os animais estão expostos no limite da dor e da morte. E esses três grupos são muito bem divididos. Os dois primeiros são o grupo dos políticos que vão aparecer em véspera de eleição, dizendo que são dos animais, e o grupo dos políticos que vai fazer reunião prometendo política pública, dizendo que a política pública funciona – mas não funciona! E sou contra esse grupo de meia dúzia que arrecada dinheiro em cima dos animais. Desse eu sou inimigo e vou ser sempre. Agora, do restante, dos 99% que querem salvar os animais, botar a mão nos animais porque sabem dessa ausência, esses podem contar comigo.

Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Mendes Ribeiro.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Venho a esta tribuna, primeiramente, por uma gentileza do colega Ver. Mendes Ribeiro, que estaria inscrito no período de Comunicações, mas venho principalmente falar pela Bancada do PMDB – pela Ver.^a Lourdes Sprenger, pelo Ver. Mendes Ribeiro, pelo Ver. André Carús e também, por certo, pelo meu colega Ver. Valter Nagelstein. Ficamos muito felizes quando a Mesa Diretora justamente proporciona que nós, Vereadores, possamos hoje, aqui, homenagear os 160 anos do Theatro São Pedro. Fico feliz também ao ver que temos aqui admiradores do Theatro, sócios, amigos que fazem parte dessa grande estrutura que tanto nos orgulha, gaúchos e gaúchas.

Falar do Dr. Antonio Hohlfeldt é muito fácil, pois é um homem íntegro, ético, jornalista, crítico literário e teatral, professor universitário, escritor e, mais ainda, um homem político, brasileiro, que está nas fileiras do nosso MDB – o que muito nos orgulha também. Nesses tempos em que a política, em que os homens públicos são atacados quase que diariamente, Dr. José Roberto, é importante ver um homem íntegro à frente do Theatro São Pedro, que tanto faz bem aos gaúchos e que é referência não só no nosso Brasil, mas internacionalmente.

Parabéns, pela Bancada – por certo nos lisonjeia tê-lo à frente do Theatro. Também quero dizer que a cultura de um povo é o seu patrimônio, dizer que preservar essa cultura é resgatar a nossa história, é perpetuar valores que hoje em dia estão, muitas vezes, desacreditados, cuidar da cultura é permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato, do analfabetismo cultural. E nós temos a obrigação, nesta Casa Legislativa, enquanto Vereadores e Vereadores, de estimular; mais do que estimular, estar de braços dados com o Theatro São Pedro, que tão bem nos representa, que tão bem faz o seu papel de cultura, de fazer com que as nossas novas gerações não esqueçam da importância que é ter cultura para ter um povo civilizado, um povo com tradição e um povo que se orgulhe, sim, das gerações que até hoje por lá passaram. Quero dizer ao Theatro São Pedro, pela Bancada do PMDB, que conte conosco. Tivemos o prazer de conhecer o Multpalco, de estar cada vez mais presente no Theatro São Pedro. Vida longa! Mais 160 anos, e que continuem nos representando além fronteiras do Rio Grande do Sul, além fronteiras do nosso Brasil, demonstrando a nossa cultura, demonstrando que o Theatro São Pedro faz história e ela é orgulho para todos os gaúchos e gaúchas. Vida longa ao Theatro São Pedro. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. Meu querido Gusmão, gostaria de saudar todos vocês que vêm hoje aqui ao nosso plenário – servidores, colaboradores do nosso Theatro São Pedro –, que fazem acontecer parte importante da vida cultural. E quero, neste momento, convidar os Srs. Vereadores para a entrega do Diploma em nome da Mesa Diretora e da Câmara de Vereadores ao nosso Antonio Hohlfeldt e ao José Roberto Diniz Moraes, alusivo a essa homenagem que nós estamos fazendo, a Câmara Municipal Porto Alegre, ao transcurso dos 160 anos, minha cara Ver.^a Mônica Leal, que foi Secretaria Estadual da Cultura, nossa Vice-Presidente – uma data importantíssima, 160 anos do nosso Theatro São Pedro.

(Procede-se à entrega do Diploma.) (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Caros colegas Vereadores, nesta semana, quando se aproxima o início das votações dos projetos que acabaram paralisando a pauta da Casa, o Executivo, com o regime de urgência, paralisa a pauta da Câmara de Vereadores e impõe a sua pauta ao Legislativo Municipal. Nesta semana, nós já votamos dois projetos do conjunto de 16 projetos, que, inclusive, foram aprovados, mostrando que esta Casa não é sectária, ou seja, não é porque os projetos são de A ou de B que a Casa aprova ou rejeita. Sim, se os projetos são bons para a Cidade, a Casa aprova; se os projetos são ruins para a Cidade, a Casa rejeita.

Eu vim para falar, especificamente, já falei na semana passada, sobre a questão dos mantras. O mantra de que a Prefeitura está quebrada não é verdadeiro. Ou seja, nós tivemos um superávit no ano de 2017, mais de R\$ 160 milhões, que dava para ter pago o funcionalismo sem tirar empréstimo; nós tivemos uma verba de publicidade de mais de R\$ 10 milhões; só o vídeo que foi para o intervalo do Fantástico, mais de R\$ 5.400 milhões; nós tivemos o aluguel de três andares num prédio no Centro de Cidade, foram mais de R\$ 3 milhões, R\$ 45 mil por mês, o geral, de pagamento de condomínio. Estou mostrando que o Município não está em crise, senão não teria feito esses gastos.

O segundo mantra é o de que o problema do Município de Porto Alegre são os servidores públicos. Não são. Os dados do Prefeito Municipal ao Tribunal de Contas são de que gasta 43% com funcionalismo, longe do limite prudencial de 51%.

E nós chegamos no terceiro ponto, no terceiro aspecto, que é o projeto do IPTU. O IPTU aumentará na Cidade de forma escorchante – escorchante! Vou ler aqui um depoimento dos vários que acabaram chegando a mim pelas redes sociais: “Sr. Prefeito, com muito esforço adquiri minha casa. Atuando na comunidade, ajudo a tornar o local onde resido mais adequado, pois a Prefeitura não faz limpeza, manutenção, segurança. Isso depende de mim. Por motivos que não dependem de mim, a área onde resido evoluiu. Agora, tu decides que meu imóvel vale um outro valor, valor pelo qual ninguém me compraria. Tem um imóvel igual ao meu à venda pela metade da tua avaliação, há três anos, aqui do lado de casa. Para quê? Para poder me tributar? Agora serei obrigado a pagar aluguel do meu imóvel à Prefeitura, reajustando 363% meu IPTU! Isso, sim, é distorção, e tu transformas minha casa, conquistada com tanto esforço, na qual só posso chegar por agir no meu perímetro, em virtual propriedade da Prefeitura. Isso não está certo, Prefeito!” Esse é o

sentimento, Vereador, da maioria dos porto-alegrenses. A Prefeitura, de forma confiscatória, aumenta o IPTU, fazendo com que o dono do imóvel se torna inquilino; o dono do imóvel passa a se tornar inquilino, se for aprovado o projeto de aumento de IPTU nesta Casa. É muito importante que tenhamos em mente isso, e que acabemos por dar ouvidos à população, certo? Então eu queria deixar isso, vou continuar conversando. Nós ainda temos que explicitar bastante o art. 13 do projeto, que dá benefícios indevidos, assim como o art. 14; mas isso nós faremos em outro tempo aqui nesta tribuna. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Alvoni Medina.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Ver. Alvoni Medina, eu e os lojistas da Rua Voluntários da Pátria, da Av. Otávio Rocha, da Rua Vigário José Inácio, da Rua Doutor Flores e da Rua dos Andradas agradecemos pela cedência de tempo. Quero falar aqui que fui procurado, na sexta-feira passada, por um grupo de lojistas da Rua Voluntários da Pátria que me pediu para falar hoje aqui sobre isso, colegas Vereadores. Essas pessoas recolhem tributos para a cidade de Porto Alegre, foram idealizadoras e apoiadoras da cidade de Porto Alegre, para que essas pessoas que aí se encontram tivessem dignidade, para que não precisassem ficar no relento, não precisassem expor os seus produtos e, muitas vezes, ficar à mercê, Ver. Adeli Sell, do que o senhor combateu juntamente com os Vereadores Idenir Cecchim, Valter Nagelstein, Pujol e Ricardo Gomes, que estiveram à frente da indústria e comércio de Porto Alegre.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Esses lojistas que me procuraram, como vários outros, cansam de pagar os seus tributos, de pagar os seus funcionários, Ver. João Bosco, de pagar o que custa para abrir um comércio em Porto Alegre. Pediram para esta

Casa, novamente, interceder. As lojas de Porto Alegre precisam seguir trabalhando. Não é a primeira vez que venho nesta tribuna, como Vereador, deve ser a terceira, quarta ou quinta vez, mas já usei esta tribuna como representante do Sindicato dos Comerciantes de Porto Alegre para pedir que o Poder Público tome providências. Aqui, estava junto comigo o Sindicato dos Lojistas de Porto Alegre, estava junto comigo a Fecomércio, a CDL, o Sindilojas, entidades que representam os lojistas que estão pagando o preço alto por ver muitas vezes uma loja de roupas femininas e, na frente, roupas femininas sendo vendidas, na frente loja de roupas masculinas, roupa masculina sendo vendida. Hoje esses ambulantes oferecem provedores de roupa já nas ruas de Porto Alegre. Hoje, na frente de lojas de calçados, tem calçado sendo vendido; na frente de ótica, tem óculos sendo vendidos; na frente de relojoaria, tem anéis, relógios sendo vendidos. Então, o lojista que gera emprego, principalmente na Voluntários da Pátria, principalmente nas imediações da Voluntários da Pátria, Otávio Rocha, Alberto Bins, a própria Andradas...

Antes as pessoas almoçavam e caminhavam na Andradas, tinham prazer de caminhar na Andradas depois do almoço para fazer sua digestão, hoje em dia não conseguem mais. E agora se vê esses lojistas, em vez de estarem tentando resolver esses problemas, fazendo almoço com os Vereadores para aumentar o IPTU. Em vez de o Sindilojas estar preocupado em baixar todo o IPTU das lojas que estão desocupadas na Osvaldo Aranha, na Assis Brasil, na Protásio Alves, na Azenha, na Cavallhada, na Tristeza, na Farrapos, o Sindilojas se preocupou somente com o perímetro central, porque as lojas estão desocupadas, também por causa disso que ocorre no Centro de Porto Alegre a concorrência desleal e o Poder Público nada faz. O Sindilojas está preocupado em pagar almoço a R\$ 55,00 mais suco, refrigerante ou água mineral e cafezinho para levar os Vereadores lá, para convencer os Vereadores que têm que aprovar o IPTU que onera a população de Porto Alegre.

Peço à população que entre no simulador e veja, não somente o primeiro ano, veja os anos subsequentes, quanto vai ficar o seu IPTU. Hoje, mesmo falava com o presidente do Sindilojas, que diz que o seu IPTU vai aumentar mais de 25%, está oferecendo almoço para os Vereadores. Mas o IPTU das lojas do Centro vai diminuir 25%, por isso estão apoiando. O Sinduscon, Sindicato da Indústria da Construção Civil, está apoiando o IPTU, porque vai ganhar, vai ser beneficiado com esse projeto. Agora, o povo de Porto Alegre vai ser onerado, principalmente as pessoas que geram emprego, porque vai continuar

havendo lojas desocupadas, fechadas, não somente no Centro de Porto Alegre, mas na Osvaldo Aranha, na Protásio Alves, na Assis Brasil, na Azenha, em todas as avenidas de Porto Alegre haverá centenas de lojas fechadas, porque o subemprego tomou conta. Olhem bem! Várias e várias roupas sendo vendidas na porta de lojas que estariam gerando emprego e renda para a nossa Cidade, assinando a carteira dos mais de 13 milhões de pessoas desempregadas. Com certeza, a nossa Cidade contribui e muito para o desemprego, uma cidade que vive de comércio e serviços. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Fabrício Lunardi está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FABRÍCIO LUNARDI (NOVO): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, taquígrafos, funcionários da Casa; queria aproveitar o tempo de Liderança para deixar tranquilos os mais de 30 mil eleitores que votaram no NOVO e elegeram o Felipe Camozzato, o Lino Zinn, eu e a Carla Baroni. O NOVO tem essa vantagem: quando sai um, o outro entra alinhado com as ideias. Eu posso dizer que continuarei fazendo uma defesa forte da liberdade individual com responsabilidade, do livre mercado, da possibilidade de as pessoas fazerem trocas voluntárias entre si. Serei um defensor da igualdade perante a lei, defensor da propriedade, da liberdade, do direito à vida. Todos os filiados ao NOVO que subirem à tribuna serão ficha limpa e pensarão em longo prazo.

Por falar em pensar a longo prazo, eu gostaria de fazer a ligação com o projeto que é o mais polêmico que está sendo discutido nos últimos tempos, que é o do IPTU, que é, sim, de aumento de imposto. O mais importante que a gente deve pensar sobre esse pacote de projetos é no lado de despesas, e que só há uma maneira de alcançarmos a saúde financeira e também o caminho da prosperidade econômica: as pessoas terem acesso a serviços básicos de qualidade. Então para isso a gente precisa cortar no lado das despesas – precisamos. Para isso, não há outro caminho: é o caminho de tornarmos Porto Alegre uma cidade atrativa ao empreendedorismo. O cidadão deve ser o verdadeiro protagonista, não a burocracia; quem deve estar no protagonismo é o cidadão, é o indivíduo, é ele que vai gerar oportunidades, que vai enriquecer a Cidade. Apesar de o

nosso Prefeito falar tanto sobre a importância do empreendedorismo, tem um projeto aqui, o do IPTU, que vai atacar diretamente os comerciantes da Cidade, porque vai aumentar quatro vezes mais do que para os residenciais, que já vai aumentar bastante – 50% das matrículas irão ter aumento de imposto. Então não é só para os ricos, senão Porto Alegre estaria muito bem, seríamos uma Escandinávia, com 50% da Cidade das matrículas vistas como de ricos.

Eu também queria aqui dar voz ao meu vizinho da frente, o Vieira, que é brigadiano, que me encontrou na saída de casa e me mandou uma mensagem: “Fala para eles que a gente não aguenta mais pagar imposto”. Acho que é esse o sentimento dos moradores de Porto Alegre, ninguém aguenta mais pagar o imposto – eu vou falar isso por ele e por outros. O que precisa é responsabilidade com o dinheiro do pagador de impostos, é cortar nas despesas, porque, se não, não vai ter limite. E a gente viu que esse não é o caminho que vai nos levar a melhorar a vida das pessoas; não é o caminho, a gente tentando aumentar arrecadação ignorando as despesas, que é o que deve ser atacado.

Por isso eu falo em nome dele e de outros porto-alegrenses que esse projeto é essencial e que não toleraremos esse aumento de imposto e esse ataque ao empreendedorismo. No momento em que Porto Alegre acaba dificultando ainda mais o ambiente de negócios, não cortando o lado das despesas e só aumentando a arrecadação, a gente está diminuindo nossa competitividade, inclusive com as cidades da Região Metropolitana. O próprio Ver. Felipe Camozzato tem uma empresa que teve que sair de Porto Alegre para poder ser mais produtiva, e isso vai acontecer com outros negócios da Cidade.

Outra questão, para finalizar, é a da transparência. Saiu há poucos dias a possibilidade de fazer a simulação do cálculo de quanto vai aumentar o IPTU. Durante esta semana, amigos meus, familiares, vieram perguntar quanto vai aumentar o IPTU, e eu não sabia responder porque não tinha o simulador. Isso não pode; além disso, existem questões a serem suscitadas sobre este assunto. Eu analisei a minha própria matrícula, bem como de outras pessoas, e os números não conferem com o IPTU do ano anterior. Então, há questões a serem suscitadas. Um tipo de projeto relevante desta forma não pode ser votado a toque de caixa, porque envolve a saúde do setor produtivo da iniciativa privada. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidente em exercício, Ver. Mônica Leal, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que acompanha nossa Sessão nesta tarde; queria me referir ao decreto assinado pelo Prefeito Municipal no dia 20 de junho, pelo qual ele cria algumas sanções em caso de os funcionários públicos entrarem em greve. Eu confesso que ainda não tinha visto, percebido alguém que, através de um decreto, queira tirar algo que é de direito constitucional! Lamentavelmente, o Prefeito radicaliza sua postura. Deve ter se incomodado com a greve dos servidores, gritando na frente do Paço Municipal, sobre algo que eles conquistaram ao longo da sua trajetória como servidor e que, agora, através de alguns projetos de lei, ele quer tirar com o apoio da Câmara de Vereadores. Eu espero que, de fato, os Vereadores não apoiem esse tipo de atitude, até porque esse decreto... Permitam-me os colegas Vereadores, nós, enquanto bancada do PT, apresentamos no dia de hoje, um projeto de decreto legislativo dizendo que ficam sustados os efeitos do Decreto nº 20017, de 20 de junho de 2018, nos termos dispostos no art. 57, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Esse decreto legislativo, resolução entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 20 de junho de 2018. Por que isso? E faço questão de explanar aos colegas Vereadores (Lê.): “A Constituição Federal defere, ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do seu art. 84, inc. V, a competência privativa para a expedição de decretos e regulamentos visando regulamentar as leis com vistas à sua fiel execução. No entanto, a prerrogativa Constitucional em questão, para além de firmar a mencionada competência, traz implícito um limite para tal poder. A expressão ‘para a sua fiel execução’, constante do dispositivo aludido, limita a ação do Chefe do Executivo a dar meios para que os dispositivos legais ganhem concretude na vida prática. Em extravasando tal prerrogativa, a própria Carta da República traz o remédio, atribuindo ao Congresso Nacional, através do art. 49, inc. V, o poder de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar. Assim, o Executivo Municipal, ao expedir o Decreto nº 20.017, de 20 de junho de 2018, estabelecendo limitações ao direito de greve sem base legal, como reconhece expressamente nas considerações do Decreto em questão, desbordou completamente o poder regulamentar o qual pressupõe, como exposto no texto

Constitucional, a existência prévia de lei a ser objeto da regulamentação. A Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, observando o princípio da simetria, reproduziu, em seu art. 57, inc. IV, o texto Constitucional que garante, ao Poder Legislativo, a prerrogativa de sustar os atos normativos de Governo”.

Portanto, é óbvio que a Câmara, ao perceber uma certa radicalização do Prefeito, está trazendo para o conjunto dos Vereadores, para o plenário, a decisão final desse decreto. Então, nesse sentido a bancada do Partido dos Trabalhadores espera ter a simpatia dos colegas Vereadores para que prevaleça o direito constitucional dos servidores de fazer uma greve baseados na lei, na Constituição Federal, em que todos nós sabemos que, para cada área, há, sim, as suas limitações. Por exemplo, na saúde, que tenha, no mínimo, 30% dos servidores trabalhando, mas não precisa ele, através de decreto, regulamentar os limites da greve ora decidida pelos servidores.

Nesse sentido, então, nós queremos dizer que, mais uma vez, o Prefeito, em vez de dialogar com os servidores públicos, ele prefere, no canetaço, tirar um direito constitucional. Lamentavelmente, Prefeito, V. Exa. não tem simpatia pelos servidores, não tem diálogo com os servidores; muito pelo contrário, nas eleições andava pelas ruas da Cidade pedindo apoio dos cidadãos para não aumentar impostos e fazer uma gestão diferenciada. De fato, é uma gestão diferenciada em que os serviços públicos estão precarizados e, por sua vez, não respeita o direito constitucional que é atribuído a todo cidadão. E cabe aos sindicatos, é claro, fazer o seu regramento em caso de decisão de greve geral. Portanto, nobre Prefeito, esperamos que esse decreto legislativo da Câmara tenha a simpatia dos colegas Vereadores e derrube o decreto do Prefeito Municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Reginaldo Pujol (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Isnar Fontoura, pai do amigo Leonardo Fontoura.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Estamos finalizando o primeiro semestre do ano 2018, com muita atenção a cada detalhe das ações que nos cabem neste Legislativo e, como representante dos porto-alegrenses. Assim, considero pertinente apresentar, de forma muito resumida, o trabalho que realizamos neste período.

Ressalto nossa dedicação à análise e debate das pautas importantíssimas à qualidade de vida dos cidadãos e desenvolvimento da Cidade, a exemplo do polêmico projeto de lei do Executivo que trata da atualização do IPTU.

Nós, vereadores do PMDB, registramos o pedido da constituição de comissão especial para análise desse PLE. Defendemos o debate descentralizado e apoiamos o simulador, o qual foi disponibilizado na última sexta-feira, para que os interessados possam identificar o valor do IPTU, a partir das novas regras propostas pelo Executivo. Também o utilizaremos para análises cabíveis. Além disso, para que tenhamos mais conhecimento sobre questões que envolvem o IPTU e seus desdobramentos, protocolei Pedido de Informações e peço retorno breve do Executivo. Nosso trabalho vai além do debate, análise, adequações e votações dos importantes projetos do Legislativo e do Executivo. Ressalto minha postura de independência sobre cada matéria.

Atendemos presencialmente os cidadãos e as entidades representativas, participamos de diferentes agendas e buscamos alternativas para suprir necessidades pertinentes ao mandato do Vereador.

Neste semestre, nos sobrepomos às dificuldades do Município, do Estado e do País, conhecidas por todos, para estabelecer um trabalho efetivo em benefício da Cidade e da população.

Em nosso gabinete parlamentar, instituímos o atendimento propositivo, com equipe específica para contatos diários, visitas às instituições e comunidades, destacando a nossa disponibilidade para receber demandas, sugestões e críticas. A partir dessa

iniciativa, dezenas de pedidos de providências foram encaminhados ao Executivo Municipal, com cerca de 40% dos casos, atendidos.

Neste período, conseguimos promover melhorias às comunidades dos bairros Cavallhada, Vila Nova, Hípica, Azenha, Morro Santana, Bom Jesus, Partenon, Rubem Berta, Petrópolis, São Geraldo, Rio Branco, Três Figueiras e São João, através da prestação de serviços como: limpeza das praças, podas de árvores, manutenção em redes de esgotos e bueiros, retiradas de focos de lixo e trocas de luminárias em vias públicas.

Mantemos o trabalho de fiscalização e buscamos maior agilidade junto aos órgãos competentes, para oferecer retornos positivos às demandas da população. Além disso, propomos e buscamos a efetiva implementação de leis.

Continuo a forte e convicta defesa ao empreendedorismo, pela amplitude de benefícios que essa causa representa aos indivíduos e à sociedade. Não há maior incremento de receita e renda no Município do que a economia pulsando na Cidade através do empreendedorismo. Acredito profundamente na importância de promover a cultura do empreendedorismo na Capital gaúcha, com programas de preparação aos jovens, incentivo aos talentos criativos e desburocratização de processos; por isso, apresento, apoio e aprovo propostas que possibilitem iniciativas empreendedoras, tais como o projeto que prevê a flexibilização da atuação dos *food trucks* na cidade, atividade esta que fomenta a geração de emprego e renda, turismo, interatividade social e, direta ou indiretamente, incrementa as receitas do município.

Vereador Fabrício Lunardi (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) A Bancada do NOVO agradece pelo seu trabalho na Frente Parlamentar do Empreendedorismo e também pela luta que o senhor trava com seus projetos e com suas votações em favor do empreendedorismo e da desburocratização, como muito bem o senhor salientou.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Muito obrigado, Ver. Fabrício, com certeza, tua presença aqui aumenta ainda mais o conceito e o bom trabalho desta Casa.

Com a mesma concepção de trabalho, visando o estabelecimento de políticas públicas para promoção do desenvolvimento econômico e social, trabalhei pela adequação da regulamentação dos aplicativos de transporte individual de passageiros e, estimei

consensos para aprovação da nova lei geral dos táxis, em reunião específica da CCJ sobre o tema, exaltando a necessária modernização desse serviço, sem deixar de reconhecer a seriedade e a histórica atuação dos taxistas, há anos, em favor da comodidade, segurança e agilidade à mobilidade dos usuários. Observo que o táxi é uma forma de empreender, já consolidada, e com importante representatividade no mercado e no sustento de milhares de famílias.

Fui autor do projeto que institui o programa escola de ofício, nas escolas públicas municipais. Mantenho a luta para implantação desse programa, certo de que o protagonismo e a essência desta proposta oferece diferentes oportunidades aos jovens, pois a capacitação técnica possibilita espaços no mercado de trabalho, incentiva o empreendedorismo, estimula ideias criativas e talentos, com resultados positivos que refletem integralmente na vida cotidiana e no futuro de todos nós.

Realizamos a segunda edição da Semana Municipal do Jovem Empreendedor, com 30 ações descentralizadas, envolvendo cursos, palestras, debates e eventos gratuitos às comunidades. E, como forma de reconhecer publicamente a atuação da Associação dos Jovens Empresários, em defesa desta causa, entregamos a Comenda Porto do Sol a essa entidade representativa, em ato solene, nesta Casa.

Como Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal, agradeço a confiança dos meus colegas da CCJ, na qual, tive a responsabilidade de apresentar pareceres a 21 importantes projetos.

Vereador Ricardo Gomes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) A propósito, Vereador, V. Exa. comenta o seu exercício como Vice-Presidente da CCJ. Gostaria de, publicamente, em nome da bancada do PP e dos demais membros da CCJ, parabenizá-lo pelo trabalho junto à Comissão, que o senhor presidiu no ano passado e na qual teve um importante papel de manutenção das decisões e de uma aproximação dos colegas em momentos, às vezes, bastantes árduos. V. Exa. tem sido sempre uma voz ponderada, rumo ao equilíbrio. Nesse sentido, gostaria de parabenizá-lo pela sua função na Comissão de Constituição e Justiça, que tem um papel primordial dentro da tramitação dos projetos desta Casa. Meus parabéns e que siga nessa linha, porque tenho certeza de que o senhor orgulha seus eleitores e os cidadãos porto-alegrenses.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Muito obrigado pelas palavras. Gostaria de dizer que é uma honra ser seu colega na CCJ e que eu aprendo muito com V. Exa. Continuando, projetos como o que institui o Fundo Municipal da Segurança, que nos possibilita colaborar com o excelente trabalho que está sendo realizado pelo secretário Estadual da Segurança, César Schirmer, no Governo Sartori, com incremento de equipamentos modernos, novas viaturas e aumento do número de efetivos.

Relatei, ainda, projetos importantes, como a proposta que trata da Área Especial de Interesse Social na Região Sul da Cidade e o projeto de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que possibilita a utilização de recuo das calçadas por bares e restaurantes, sem a necessidade de autorizações prévias, aos empreendedores, pelo poder Executivo, entre outras matérias.

Através de indicativos enviados ao Executivo Municipal, neste semestre, defendo a modernização do sistema de pagamento e conservação dos parquímetros, para melhor utilização e administração do estacionamento rotativo da Área Azul da Cidade.

Sugiro atendimento médico especializado à saúde do homem, de forma descentralizada, em comunidades com perfil de vulnerabilidade, sendo essa uma das providências elencadas em benefício da qualidade de vida dos homens, a partir da Frente Parlamentar de Atenção à Saúde do Homem.

Solicito atividades de preparo aos profissionais das escolas públicas do Município, para identificação e atendimento necessários, às crianças e jovens com o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade.

Além disso, estou trabalhando para construção do Posto de Saúde Coinma, para o qual a emenda ao Orçamento 2018, de minha autoria, com aprovação desta Casa, destinou R\$ 1,5 milhões, do orçamento municipal. Estou providenciando relações institucionais, entre Secretaria Municipal da Saúde e Grupo Hospital Conceição, em prol dessa obra.

Buscamos esclarecimentos sobre as Praças CEUs – Centros de Artes e Esportes Unificados, as quais serão implantadas nos bairros Restinga e Lomba do Pinheiro. A partir disso, tivemos a visita do Secretário Nacional de Infraestrutura Cultural, Paulo Nakamura, na Presidência deste Parlamento, para conversar com os Vereadores desta Casa, sobre a estrutura, manutenção e segurança das mesmas, oportunidade em que recebemos a notícia de que há previsão de investimentos federais, em benefício do Mercado Público e da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre.

Destaco nosso trabalho à atenção social. No Dia Mundial de Combate a Violência Contra a Pessoa Idosa, 15 de junho, protocolei o projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade dos hospitais públicos e privados, unidades básicas de saúde e unidades de pronto atendimento localizados no Município de comunicar aos órgãos municipais da Administração Centralizada e Fundacional responsáveis pelo planejamento e execução de políticas públicas de assistência social em Porto Alegre, todo atendimento que houver aos idosos, vítimas de violência. A medida visa colaborar com informações necessárias às providências relativas aos direitos dos idosos, contra os crimes afins, de cuidados e acolhimento necessário às vítimas.

Recentemente, apresentei o projeto de lei que estabelece o Programa Adote a Saúde, com o objetivo de incentivar parcerias que possibilitem ações de melhorias à infraestrutura, manutenção ou modernização das Unidades Básicas de Saúde, para promoção do atendimento à saúde primária em Porto Alegre. A proposta incentiva a participação da sociedade civil e organizada, em ações colaborativas, em favor da vida. Programas dessa natureza já existem, foram acolhidos com êxito, a exemplo do Adote uma Praça. Assim, diante da magnitude das questões que envolvem a saúde, defendo a aprovação dos meus Pares e rogo que pessoas físicas e jurídicas adotem essa ideia, em prol do bem comum.

Para finalizar, como líder da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB nesta Casa, reitero meus agradecimentos pelo apoio e confiança dos colegas vereadores. Observo a grande valia do aprendizado e das experiências diárias, oportunizadas através deste espaço, com a certeza de que honrarei a responsabilidade deste posto.

Aos cidadãos e meus eleitores, acrescento o nosso desejo de acertar e contribuir, constantemente, para a evolução da Cidade e qualidade de vida a todos. Reitero minha opção por manter-me dedicado a esse mandato, certo de que minha atuação na Capital gaúcha, vai conseqüentemente, trazer benefícios ao Estado. Agradeço aos funcionários deste Legislativo e à nossa equipe, pelo comprometimento. Lembro que os nossos contatos estão sempre ativos e o gabinete parlamentar aberto para atender a todos com esclarecimentos e encaminhamentos sempre que demandados.

Eu usei este Grande Expediente para falar um pouquinho do meu trabalho neste semestre, do meu mandato, o que a gente vem fazendo, o que a gente vem realizando, e,

claro, sempre trabalhando para que a transparência fique cada vez mais clara e que a gente possa sempre mostrar para os nossos eleitores que nos elegeram, confiaram em nós e nos fazem seus representantes. Muito me orgulha ser Vereador de Porto Alegre.

Vereador Dr. Thiago (DEM): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Já que sobra um tempinho, eu gostaria de parabenizá-lo por um projeto de sua autoria – não sei se o senhor comentou aqui, peguei parte do seu pronunciamento –, que é aquele que obriga o Executivo Municipal a colocar o valor da publicidade, um projeto que denota transparência. Eu queria lhe dar os parabéns.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Muito obrigado, Dr. Thiago, esse projeto é de minha autoria, junto com a Bancada do PSOL, extremamente importante e que sempre traz a transparência da gestão pública e dos gastos do dinheiro público. Muito obrigado, Dr. Thiago. Boa tarde, PSOL, bom trabalho a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, meus colegas, todos que nos acompanham, eu ouvi atentamente aqui falarmos sobre transparência. Eu vou utilizar o Grande Expediente, não utilizarei todo o tempo; eu gostaria de fazer uma reflexão, seguindo o tema da transparência, tão bem defendido pelo colega que me antecedeu, falando sobre o simulador da revisão da planta de valores do IPTU. Todos aqui, há muitos anos, ouvem, repetidas vezes, que a planta precisa ser revista, que ela é uma planta injusta. Algumas pessoas faziam o discurso de que o simulador ia fazer o movimento de personificação dos discursos, que ao invés de as pessoas olharem a floresta, as pessoas olhariam apenas a sua própria árvore. Nós estamos recebendo nas redes sociais mensagens de porto-alegrenses apoiando o projeto, porque vão ter o seu IPTU reduzido ou mantido ou até isento; é um grande número de porto-alegrenses, cerca de metade deles, claro que são os porto-alegrenses menos favorecidos, os porto-alegrenses que estão em áreas mais distantes do centro da Cidade, são porto-alegrenses

de uma classe socioeconômica menos desenvolvida. Então, a gente recebe frases inesperadas, Vereador, de elogio, mas queremos chamar atenção de que até mesmo nessas frases notamos que há uma pessoalização do debate, e nós não queremos a pessoalização desse debate; nós queremos, sim, ver o debate em cima do que nós precisamos fazer para que Porto Alegre saia da situação em que se encontra. Algumas pessoas também nos perguntam sobre a ordem dos projetos, Ver. João Bosco Vaz, pois se passa para a opinião pública que os projetos foram priorizados de uma forma talvez equivocada, colocando projetos de transparência e receita antes dos de despesa. Mas eu quero deixar claro aqui que a priorização é apresentada pelos blocos, pela liderança de Governo, pela liderança de oposição, pelas lideranças dos Vereadores, das bancadas, mas ela é votada aqui. Então, a priorização é discutida e votada aqui. O Prefeito Marchezan inclusive manifestou publicamente que gostaria de fazer uma alternância nessas votações, mas esta Casa e seus líderes interpretaram – inclusive os líderes da base do Governo – que a maneira de votar os de transparência e os de receita faria uma distinção desta Casa popular e democrática que recebe aqui as mais variadas pressões. Eu quero saudar aqui a luta de vários Vereadores, dos mais diversos blocos, que fizeram um incansável discurso pela transparência através do simulador. O simulador está aí. O Secretário da Fazenda, a equipe da Secretaria da Fazenda está aqui nesta Casa, no nosso salão, desde a semana passada, à disposição dos nobres Vereadores e Vereadoras, com toda sua equipe, para tirar qualquer dúvida sobre esse projeto. Vejo aqui Vereadores que representam uma corajosa bancada que enfrenta, lá no Palácio Piratini, muitas vezes, interesses que não são bem interesses do Estado do Rio Grande do Sul sendo colocados em primeira instância. Quero elogiar a coragem para fazer esse debate, do Governador José Ivo Sartori, de pautas que não são populares, mas são pautas que nós precisamos enfrentar. Também nesse sentido, quero reconhecer a coragem e o desprendimento do Prefeito Marchezan de colocar em pauta projetos tão questionáveis popularmente também.

Vereador André Carús (PMDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Moisés, apenas para contribuir na sua manifestação, a pauta da Ordem do Dia, naturalmente, não é definida pela Câmara, é definida pelos blocos que aqui existem: o da situação, que sustenta o Governo, o de oposição e o dos Vereadores independentes –

esse é a maioria. Então a decisão pela atual Ordem do Dia e pela priorização que está colocada foi desse conjunto. Obviamente, o Governo defendeu que fosse nessa ordem. Quero apenas esclarecer para que não fique nenhuma dúvida junto aos Vereadores, aos telespectadores. Essa é uma decisão coletiva, não do Poder Legislativo em abstrato, e sim política do colégio de Líderes. E é respeitável a ideia daqueles que entendem que deviam ser votados primeiro os que cortam despesas em detrimento dos que promovem arrecadação; mas foi o colégio de Líderes, com posição favorável do Governo, que decidiu por essa priorização.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Reforçando o que o Ver. André Carús disse, nós decidimos aqui, em reunião de Líderes, a priorização. Nós temos vários Líderes que defenderam. Inclusive, se não fui explícito aqui, quero deixar claro, os Vereadores líderes que compõem a base do Governo também defenderam essa ordem de votar transparência e votar também esses projetos, porque estamos aqui numa Casa onde, às vezes, as pautas se confundem. Mas quero deixar publicamente o meu elogio aos governantes e aos homens públicos e a nós, os colegas, que não se furtam de fazer o enfrentamento de pautas consideradas impopulares num ano eleitoral. Temos que enfrentar a questão da receita e da despesa. Não adianta fingir que temos uma situação, de que temos mais receita do que despesa – a nossa despesa é maior. Nós temos que fazer também um debate sobre o crescimento vegetativo da folha, que atinge R\$ 90 milhões, independentemente de qual governante esteja na Prefeitura.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Moisés. Queria dizer que, quanto à urgência, não me envolvo porque quero que votem neste plenário. Foi assim que eu votei quando da decisão. Isso não quer dizer que tenhamos a mesma opinião, mas que deve ser votado, sim. Quanto ao IPTU, o que a Cidade não pode ser é atropelada por ditos empresários que iam à Assembleia e pediam que não votasse aumento de impostos. Aqui no Município, com outros interesses, querem que se vote o aumento de imposto do IPTU – porque é imposto, por mais que digam que não, é imposto. IPTU é imposto! Automaticamente a sociedade está saturada de imposto. No Estado, não tem resolvido, aumentou a gasolina, iluminação pública de 25 para 30 e não resolveu nada, o Estado continua com o mesmo déficit. Naturalmente, a

população vai cobrar desta Casa, não será do Prefeito; se esta Casa aumentar os impostos, será cobrado desta Casa, de nós, Vereadores. Por isso temos uma grande responsabilidade, e essa responsabilidade é de cada um, sem pressão de empresário, que fazem almoço, cobram isso ou aquilo. Esta Casa, democraticamente, tem que decidir no plenário. Nós fomos eleitos para isso e, para tal, vamos decidir. Obrigado.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Ver. Cassiá, não se bem ao certo a qual empresário o Vereador se refere, mas quero também deixar claro aqui que os trabalhadores valorosos do Município podem se manifestar, vir falar com os Vereadores. Eu acho que todas as entidades, todas as categorias que são de Porto Alegre, que vivem em Porto Alegre, que dedicam a sua vida a Porto Alegre têm direito de manifestar a sua opinião e falar com os Vereadores. Então, isso é um debate democrático, e a gente tem participado de todos os debates, esta Casa tem se mostrado suscetível ao diálogo.

Eu não estou questionando os Vereadores que são contra ou a favor dos projetos. Eu comungo do que V. Exa. disse, de que nós temos que fazer o enfrentamento. Quem é contra que suba à tribuna, diga por que é contra e vote contra; quem é a favor, que suba à tribuna, diga por que é a favor e vote a favor. Agora, vou fazer um parêntese: eu discordo quando o senhor diz que o Prefeito não será cobrado. Tenho visto, é histórico e não importa o partido, o Prefeito ser cobrado e personificadamente cobrado. Às vezes, são cobranças justas; muitas vezes, são cobranças injustas.

Eu precisava usar este tempo apenas para ressaltar a transparência. Os nossos homens públicos, tanto em nível estadual quanto em nível municipal, têm feito debates sobre os temas mais espinhosos que existem, sobre as consideradas medidas impopulares, que precisam ser enfrentadas. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Todos sabem a posição do PSOL com relação ao pacote de maldades que tramita na Câmara de Vereadores. Quero deixar claro ao Líder do Governo, o Ver. Moisés, que, além desses projetos que são um

desmonte da carreira, massacram os servidores do Município de Porto Alegre e desmontam o serviço público, na verdade, esse pacote vem num bojo que é um bojo extremamente grave para o Município do Porto Alegre. Nós começamos discutindo, na reunião de Mesa e Lideranças, o tema dos fundos municipais. Hoje, o SATED, o sindicato dos artistas, trouxe aqui para os Parlamentares a gravidade do projeto de lei complementar que tira dinheiro de todos os fundos da cultura – todos os fundos da cultura: o Fumproarte, que é o que tem editais públicos e que permitiu o nascimento, o desenvolvimento e a produção de vários artistas da cidade de Porto Alegre, um edital democrático; o Fumpahc, que trata do patrimônio histórico da cidade de Porto Alegre, que precisaria ser preservado; aliás, a ausência da preservação do Patrimônio Histórico está fazendo com que a Capital vá perdendo espaços de memória e de preservação, que deveriam servir, inclusive, como atrativo turístico, ser valorizados pelo Município de Porto Alegre; o Funcultura, que é outro fundo de cultura e que também está nesse pacote. Tem o fundo da assistência social, gente! Nós estamos vendo o aumento da situação de rua no Município de Porto Alegre. Nós estamos vendo milhares de crianças e adolescentes vítimas da violência que sofrem nos abrigos. Nós estamos vendo que o Governo não paga sequer o lar de idosos, ao mesmo tempo em que contrata prédios municipais para a Secretaria de Desenvolvimento no valor de vários mil reais, totalizando o ano com o valor de mais de R\$ 2 milhões para pagar aluguel! Há projeto que tira dinheiro do fundo do meio ambiente em tempos de aquecimento global, pacote que tira dinheiro do fundo de catadores e recicladores, que sequer foi instituído, e um fundo que tem previsão legal de recursos oriundos do Código Municipal de Limpeza Urbana, e esses recursos serão drenados para financiar um pretense fundo de modernização de Porto Alegre, que, na verdade, vai servir para as parcerias público-privadas, vai servir para drenar recursos públicos das áreas sociais para interesses privados.

O Marchezan é o Robin Hood às avessas: tira dos pobres para dar aos ricos. É isso o que nós estamos vendo no Município de Porto Alegre. É escandaloso o que está acontecendo. É um Governo que massacra a cultura, a educação, as áreas sociais, a assistência, a segurança. Num outro projeto, ele passa de R\$ 50 milhões para R\$ 250 milhões os recursos para privatizações. É o quíntuplo dos valores que são destinados para a segurança pública, por exemplo, e, na campanha eleitoral, era ele caminhando pela Cidade dizendo que ia melhorar a segurança, a assistência! Na verdade, o Governo,

para não justificar por que não cumpre as promessas de campanha – e tem piorado a crise econômica de Porto Alegre –, elegeu os servidores como inimigos, elegeu aqueles que contestam os seus pacotes como inimigos!

O Governo fez agora, Mauro, um decreto que tira o direito de greve. Isso é um escândalo! É um escândalo! Ele vai poder convocar as pessoas que estão em greve e botar falta para destruir a carreira! Vai poder tirar FGs de servidores que, legitimamente, usarem seu direito constitucional de fazer greve! O Prefeito pode achar que está estacionado no período da ditadura militar, mas se conquistou direito à greve na Constituição Federal. E agora, por decreto, ele tenta tirar; só que ele tenta tirar o direito de greve porque sabe que tem um governo frágil, já perdeu 19 Secretários, líderes, diretores, perdeu até o Líder do Governo, como foi o caso do Ver. Cláudio Janta. Nós tivemos, durante seis meses do ano passado, bastante divergentes, e o Janta saiu do Governo e da Liderança. O Prefeito perdeu adjuntos, perdeu horrores de Secretários porque é um Governo frágil, é um Governo que não tem apoio, é um Governo que sabe que a mobilização dos servidores no ano passado durante 40 dias conseguiu angariar o apoio popular. O povo está indignado com uma Prefeitura, o povo não sabe onde reclamar dos entupimentos dos bueiros, dos asfaltos, não sabe onde pedir orientação para coisas simples, porque a reforma administrativa dele foi balela: “diminuir Secretarias”. Na verdade, ele fez isso para enxugar serviços públicos, mas segue ampliando o número de cargos em comissão. E, graças a nossa lei, Mendes, sabemos que ele gastou R\$ 5 milhões em propaganda em horário nobre, durante o Fantástico, e diz que não tem dinheiro, que não pode pagar o servidor, quando, na verdade, tentou vetar a lei que dava transparência, mas nós, legitimamente, na Câmara, derrubamos o veto.

Então, é fundamental derrubar o pacote para garantir que Porto Alegre consiga reverter esse ciclo lamentável, recessivo, neoliberal, de austericídio contra os direitos do povo e que possa voltar exercer seus direitos sociais e, sobretudo, respeito à cidadania e aos servidores da cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o Governo Municipal vai insistir no seu mantra: não tem dinheiro e precisa urgentemente votar os seus projetos, urgentemente precisa salvar Porto Alegre do caos financeiro em que a Cidade se encontra. Mas eu vou falar aqui aos senhores e às senhoras que estão em casa, que estão desempregados, que estão passando por dificuldades financeiras, como está passando a Prefeitura de Porto Alegre. Quem, nesta Cidade, Estado e País, não está passando por dificuldades financeiras? Quem, no final do mês, não abre aquele leque de contas em cima da mesa e diz: “Meu Deus do céu, qual eu poderia não pagar este mês?” Quem não olha a conta luz e diz assim: “Será que eu poderia pagar menos?” Quem não olha o botijão de gás, que já está mais do que 70 e poucos reais, e tenta ver se não poderia comprar um fogão à lenha? Quem não olha a água lá, uma torneirinha pingando e vai correndo comprar uma borrachinha, um corinho para trocar na torneira para ver se poupa água? Quem não faz isso e começa a economizar as coisas dentro de casa, que lava louça da janta e do café da manhã juntas para poupar, quem não está fazendo isso? Quem que não tem assinatura de tevê e diminui o número de canais? Quem não assinou a Netflix, que pode botar quatro cinco nomes de pessoas, e abriu mão da tevê por assinatura? Quem não se modernizou? Quem não se adequou? Porque estão passando por dificuldades as famílias de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e do Brasil! E o Prefeito resolveu: “Não, eu não vou me adequar, eu não vou diminuir o número de CCs, eu vou ampliar o número de CCs, vou até absorver mais CCs, até os que o Governador Sartori está mandando embora porque não estão na minha aliança, eu vou absorver em Porto Alegre”.

O Prefeito preferiu, em vez de acoplar, juntar as secretarias em órgãos, em espaços públicos, alugar espaços novos. Em vez de fazer o que a população faz, que muitas vezes compartilha uma casa, compartilhar um terreno da família, o Prefeito resolveu espriar – prédios bonitos, luxuosos, condomínio altíssimo, gasta, num ano de condomínio, Ver. Mauro Zacher, meio milhão. O Prefeito resolveu pagar aluguéis altíssimos, resolveu gastar R\$ 10 milhões em publicidade para buscar apoio e resolveu onerar a população aumentando o IPTU. Aumentar não é o mesmo que corrigir. O Prefeito fala em corrigir. Botou o simulador de IPTU da Prefeitura, e as pessoas começaram a ver o seu IPTU. No primeiro ano parece uma beleza, vai para o segundo e terceiro, e as pessoas quase enfartam tal o aumento. A realidade vem à tona.

E agora o Prefeito, além de querer cortar em 50% o salário das pessoas, baixa um decreto “real”: “Viva o reino de Avilan! Eu sou o soberano total desta Cidade. Eu decreto”. Nós permitimos aqui na Câmara quando o Prefeito rasga a Lei Orgânica do Município e manda para cá quatro alterações na Lei Orgânica, e nós aceitamos que fosse com urgência. São quatro alterações na Lei Orgânica do Município, e nós permitimos isso! Então, eu quero dizer para as senhoras e para os senhores que o meu partido hoje, juntamente com um grupo de lideranças desta Cidade, entrou na Justiça para baixar o valor da passagem de ônibus de Porto Alegre, já que a “majestade”, que não gosta de pobre, que está lá no Paço Municipal não baixou o preço da passagem de ônibus em Porto Alegre quando *diesel* baixou em R\$ 0,46, então nós fomos buscar a Justiça.

E eu conversei com os Pares que não concordam com esses projetos, nós não fomos no “almoço real” hoje, porque nós não concordamos com esse projeto e não vamos em nenhum “almoço real”; o local para discutir os projetos é aqui na Câmara de Vereadores, nas Comissões desta Casa, não é em audiência pública como houve na semana passada cheia de CCs. Eram CCs para tudo quanto é lado, querendo falar em nome do povo de Porto Alegre. O povo de Porto Alegre tem que ser chamado nas Comissões desta Casa, nos seus locais e lá tem que discutir. Não é o que está fazendo a “Vossa Majestade”, que não gosta de pobre e governa esta Cidade por decreto, que fica nomeando CCs para ter apoio nesta Casa aqui. E, na hora, nós vamos mostrar os CCs de cada um, bem direitinho como já mostramos. E não adianta vir dizer que são independentes, assumam que estão no Governo, assumam que estão governando a Cidade em que o Prefeito Nelson Marchezan, “Vossa Majestade”, que não gosta de pobre, quer governar por emergência e decreto. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores, em 1988, no dia 5 de outubro, o Presidente do Congresso Nacional, Sr. Ulysses Guimarães, levantou o texto constitucional e bradou que aquela era a Constituição cidadã. Nós aprendemos o novo

Constitucionalismo, que começou a prosperar principalmente depois da 2ª Guerra Mundial, depois do nazifascismo, que nós temos a força normativa da Constituição como um elemento primordial a ser seguido. Na nossa Constituição, temos inseridos os direitos democráticos, as liberdades, o Estado Democrático de Direito em toda a sua plenitude ali colocado, inclusive o direito de greve. Não pode o Prefeito fazer um decreto para tratar de um direito fundamental esculpido na Constituição Federal, que é o direito de greve, Ver.ª Fernanda Melchionna. Não pode!

O nosso Líder, Ver. Aldacir Oliboni, falará em seguida e vai explicar que a nossa bancada, atenta às afrontas à Constituição Federal, está propondo um Decreto Legislativo, o qual revoga o Decreto do Sr. Prefeito Municipal. É correto, é legítimo, está dentro das nossas competências propor um decreto legislativo para derrubar um decreto que extrapola as funções do Chefe do Executivo. Isso é democracia! Isso é fazer valer o papel do Parlamento! Este Parlamento não pode se guiar por uma posição de um jornal da Cidade que tem que explicar as suas dívidas com o fisco. Eles têm que explicar as suas dívidas com o fisco!! Nós não nos guiamos por nenhuma entidade, por mais importante que seja. E eu dialogo com várias entidades que assinaram notas. Eu dizia, escrevi, Ver. Roberto Robaina, Ver. Prof. Alex Fraga, não escondo a posição que eu defendia sobre o IPTU. Achava que a questão da progressividade era importante, mas jamais deixei de dialogar com a Bancada do PSOL, que chamava a atenção para algumas questões que eu questionava, e o Ver. Mauro Pinheiro sabe que eu questionei as zonas fiscais, e eu dizia que nós teríamos que saber de que patamar do valor venal deveríamos partir. Quem me chamou a atenção dessa questão foi o nosso colega do PDT, Ver. Mauro Zacher, que insistia comigo, dia após dia, que não estava claro de que patamar nós partiríamos para o valor venal. O valor venal, evidentemente, valor supostamente de venda. No entanto, aqui sempre se disse e foi dito nas nossas reuniões que o valor venal era, regra geral, metade do valor de venda dos imóveis em Porto Alegre.

Eis que agora entra em funcionamento, mas já sai do ar, tem problemas, a questão do simulador. O pavor bateu na Cidade. O pavor bateu na Cidade. Nós temos que discutir as coisas com transparência. As nossas bancadas, a Bancada do PSOL, do PT, e aqui eu falo em nome da oposição, portanto dialogo com meus colegas do PSOL, sempre partimos das coisas claras. Deixamos claras as nossas posições. Falei do IPTU. Não posso deixar de falar de outra barbaridade em nome de nossas Bancadas. Já foi

lembrado pelo Ver. Cláudio Janta aqui, anteriormente, e eu não posso me calar sobre a questão do abandono da Cidade, do descaso com as obras, com os moradores de rua, os altos aluguéis, com tudo o que está acontecendo na Cidade, por isso devagar com o andar, aqui tem Câmara de Vereadores. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente, gostaria do tempo necessário para que eu possa aqui contribuir com o debate trazido pelos colegas que me antecederam.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Mauro Zacher, estou com certa dificuldade no painel, mas o tempo será devidamente concedido.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Tivemos audiência pública, tivemos a Comissão que está debatendo o IPTU, e eu, em várias oportunidades, frisei que há de nossa parte o entendimento, e a Cidade também tem, desse desequilíbrio que os Municípios, e Porto Alegre ainda é diferente, passam entre receita e despesa. Sobre esse desequilíbrio, nós sabemos que, depois de 2014, as Prefeituras sofreram um grande impacto, os repasses da União e do Estado diminuíram, e isso impactou Porto Alegre, impactou Canoas, Alvorada, as capitais todas do Brasil, ninguém passou ileso. No entanto eu chamei a atenção – em várias oportunidades eu trouxe aqui números – de que nós aqui, no que diz respeito à política fiscal do Município, pelo menos sob o ponto de vista da receita, estamos dando aqui um belo exemplo. Somos referência na cobrança da dívida ativa de município no País. Conseguimos cobrar mais do que outras capitais, embora tenhamos um estoque de quase R\$ 2 bilhões. Ainda temos uma bela caminhada pela frente em termos de recursos que o Município tem que ter, de estratégia para que possa botar, nos cofres do Município, os valores da dívida ativa, esse estoque que tem dívida.

O dado que eu tenho trazido para o debate, Ver. Pujol, é que, em relação à média *per capita* – o somatório de todas as receitas do Município, pega todo o bolo das receitas municipais *per capita* –, nós estamos acima da média nacional. O que significa que nós,

porto-alegrenses, estamos pagando impostos municipais acima da média do Brasil. Esse é o dado. A gente discute a atualização da Planta de Valores do IPTU, e evidente que é um belo debate, faz-se necessária essa atualização. O fato é que nós, quando usamos o simulador – eu tenho o meu, mas o Governo disponibilizou também –, percebemos que o impacto na Cidade é muito grande. Na verdade, a Prefeitura tenta resolver esse déficit, essa diminuição dos repasses da União e do Estado, que está na casa de mais R\$ 200 bilhões, desde 2014, com uma política fiscal municipal. Então, nós vamos fazer com que o cidadão porto-alegrense, que já paga tributos municipais acima da média, com uma atualização da planta, pague muito mais do que a média.

Nós sabemos que, embora o simulador da Prefeitura não tenha mostrado, essa atualização da planta tem um impacto que não é para 2019, mas, sim, para 2019, 2020, 2021 e 2022, e aí, sim, não haverá quem não vá pagar mais de 100% na Cidade. Então, nós estamos trazendo... Vai dar mais de cem no somatório, fora a correção que todo o ano nós já pagamos no IPTU. Enfim, a correção já trouxe reajustes consideráveis ao Município. Nós temos de atacar a dívida ativa, que está aí na casa de R\$ 2 bilhões. Nós temos, realmente, distorções que poderíamos trabalhar aqui na Câmara, para que a gente possa suprir rapidamente em relação a alguns bairros, a algumas pessoas que estão pagando menos. Isso já incorpora a receita. Que não venhamos a dar à Cidade, ao comércio, aos empreendedores, aos investidores esta carga tributária fora de momento, diante de uma crise em que as pessoas não suportam mais, não aguentam mais impostos. É um imposto muito penoso; quando a gente atribui dentro do consumo impostos, como é o caso do ICMS, as pessoas têm opções de consumir menos. Se eu achei que o preço está acima do que estou disposto a pagar, eu consumo menos, mas o IPTU não: chega o carnezinho no final do ano, tu aproveitas o desconto de 12% ou terás que pagar parcelado e sem desconto ao longo do ano.

Então, diante disso é que estamos martelando, tentando conscientizar a população de que esta tentativa voraz do Governo de trazer a arrecadação irá penalizar muito a vida econômica da Cidade, a vida do cidadão, porque nós estamos encarando isso não apenas como aumento de imposto, mas como um confisco do cidadão, um confisco do setor econômico da Cidade. Por isso temos convicção de que esta Casa não irá aprovar e não irá assinar esse cheque em branco para que a Prefeitura venha resolver os seus problemas de caixa, porque é possível resolvê-los a longo prazo, com o tempo necessário

para que a economia da Cidade volte a retomar e trazer a arrecadação necessária. Por isso finalizo dizendo que a gente tem mantido a posição, a gente percebe que este plenário tem dado eco, porque se faz necessário reprovamos este projeto do Governo. (Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (17h10min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLE nº 002/18. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Esse projeto, como todos sabem, é o projeto do Cadin, do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Município de Porto Alegre. Eu acho que, como em todos os projetos do Governo Marchezan, falta coerência na forma, porque para nós, do PSOL, é evidente que os grandes devedores, os bancos, as empresas de telefonia, a especulação imobiliária, todos esses grandes devedores precisam, sim, compor um cadastro como esse, ter os nomes publicados na internet. Eu já pedi ao Líder do Governo, Ver. Moisés, a lista atualizada dos devedores. Ver. Moisés, estou pedindo ao Governo a lista dos devedores atualizada de 2017. Eu sei que o senhor tinha de 2016, mas agora já foi atualizada, então peço a gentileza, porque, de fato, os bancos são os grandes devedores do Município, e nós achamos que é preciso sim ter um cadastro, para que, por exemplo, no caso de prestadores de serviço, se são devedores, é um absurdo conveniar com o município de Porto Alegre e receber recursos públicos devendo para o Município.

Sim, tem lógica, fato, mas veja bem que, no mesmo tempo em que o governo manda esse projeto para a Câmara, um conjunto de projetos muito ruins... A partir daqui, até o final dos regimes de urgência, daqui em diante, digamos, na nossa opinião, os projetos serão todos muito ruins, diferente deste do Cadin. Tem essa questão dos grandes devedores, que, para nós, é importante, mas, no mesmo momento em que o governo manda esse projeto, manda um que mexe com a legislação sobre as estações de radiobase. As grandes devedoras de Porto Alegre – se não me engano, devem mais de R\$ 80 milhões –

são as empresas de telefonia, que descumprem a legislação municipal, que tem o princípio da precaução em relação à distância das antenas, também de determinados equipamentos públicos e equipamentos em que há circulação de crianças. O governo, em vez de buscar os R\$ 80 milhões que essas empresas de telefonia devem, mandou um projeto de lei para a Câmara, Ver. Marcelo, facilitando às empresas de telefonia, tirando esses princípios da precaução. Então, não tem lógica, nós achamos que um cadastro informativo de grandes devedores é útil, mas não se comparar alho com bugalhos.

Vou trazer outro exemplo. Nós temos no Município os galpões de reciclagem, que prestam um serviço de utilidade pública, utilidade essencial, que fazem a separação adequada dos resíduos. A separação eles não deveriam fazer, mas, infelizmente, acabam fazendo por ausência de educação ambiental, por as pessoas enviarem tudo junto, às vezes, rejeitos misturado com resíduos que poderiam ser aproveitados pela reciclagem. Enfim, esses galpões cumprem um papel fundamental, e eles têm uma verba de manutenção que é para pagar a luz, a água, pagar os equipamentos de proteção individual. Os galpões, as associações prestaram contas em novembro e dezembro do ano passado, e até agora a prestação de contas não tinha sido analisada, porque, no setor da Prefeitura que fazia essa análise, alguns funcionários legitimamente se aposentaram, e o setor não foi contemplado com novos servidores. Tem galpão que está há cinco meses sem receber o repasse; tem galpão que está fazendo a separação no escuro. E aqui fala na prestação de serviços e na inadequação, por exemplo, de uma prestação de contas. E é fato que pode haver, é evidente que pode haver, precisa, sim, ter uma fiscalização enorme em todos os convênios que a Prefeitura trata.

Vejam vocês, se a Prefeitura fica seis meses para analisar, analisa alguma inconsistência, alguma nota, e corretamente vai querer glosar esses valores, essa entidade conveniada vai ser incluída no Cadin, sendo que a Prefeitura teve seis meses para fazer a análise, glosar, melhor, nem pagar – o que não é devido não deve pagar –, mas, com a demora com que tem funcionado, justamente na ausência de serviços públicos adequados à população, como ficam casos como esses? Mais do que isso: nós trabalhamos, na oposição, numa emenda que retira do Cadin pessoas físicas que ganhem de zero a cinco salários mínimos. Se dever IPTU numa situação de crise, de desemprego, entrará no Cadin? Acho que é preciso separar, acho que precisa, sim, ser publicizado quem é os grandes devedores, acho que precisa, sim, buscar os bancos, a especulação imobiliária,

as empresas de telefonia, que, pelo que me consta – quero a lista atualizada –, são os que mais devem para a cidade de Porto Alegre, mas é preciso separar o joio do trigo. É preciso pensar, sim, nessa pessoa física, de baixa renda que, por uma circunstância da vida, por desemprego, atrasa um tributo municipal, como IPTU: ela irá para o Cadin, para ter uma série de situações que irão afetar a sua vida cotidiana?

Sei que há outras emendas, estamos analisando, são sete emendas, estamos analisando uma a uma, mas, em relação ao projeto geral, queria fazer este registro: na mesma mão que o Governo quer criar um Cadin, manda um projeto desonerando as grandes. Se é um Cadin para os pobres, não conte conosco; se é um Cadin para pegar grandes, pode ter certeza de que o PSOL é a favor.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 002/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas Vereadores, este projeto do Cadin, com os ajustes que os colegas estão apresentando, algumas emendas, como as do Ver. Mendes Ribeiro, do Ver. Medina e de outros, até uma que eu apresentei, vai ficar um projeto interessante para esta Casa, principalmente com o que os Vereadores já falaram aqui. Nós vamos ter a possibilidade de realmente cobrar as pessoas que ficam devendo os impostos ao Município – ITBI, por exemplo –, essas empresas de telefonia, de operações financeiras, os credores de ISS.

E nós vamos poder cobrar uma empresa que há muito tempo deve para o Município de Porto Alegre, que tem um débito de aproximadamente R\$ 170 mil de impostos para o Município de Porto Alegre. A empresa que deve tributos para o Município de Porto Alegre é a Westminster Institute Ltda. O seu sócio simplesmente entrou para a vida pública e parou de pagar tributos em Porto Alegre, achou que não precisava pagar tributos. A pessoa não gosta de pobre, intitulou-se rei da cidade de Porto Alegre e não paga tributos. Então acho que a primeira pessoa que tinha que pagar tributos, antes de ir para o Cadin, é o Prefeito Nelson Marchezan, porque essa empresa era dele. É uma empresa de idiomas em que o Prefeito é sócio do Sr. Rogério Belloc Ramos, e eles pararam de pagar impostos quando o Prefeito entrou para a vida pública. Devem para o Município de Porto

Alegre R\$ 170 mil, essa é a dívida não corrigida de tributos. Então, antes de ir para o Cadin, eu acho bom pagar os tributos que devem ao Município de Porto Alegre.

Por isso nós não temos dinheiro para pagar os servidores, não temos dinheiro para alugar os imóveis para tirar os moradores de rua, não temos dinheiro para cumprir várias obrigações com a população de Porto Alegre. Quando a FASC foi alugar casas para botar crianças e moradores de rua, por um aluguel de R\$ 5 mil, era muito alto. Agora, alugar um prédio que somente o condomínio é de R\$ 500 mil por ano não é muito caro, Ver. Tarciso. Botar crianças, Ver. Alex, numa casa que custa R\$ 5 mil é muito caro, então não pode alugar casas para abrigar crianças em situação de risco, pois é muito caro uma casa de R\$ 5 mil. O aluguel do Conselho Tutelar da Restinga, da Cruzeiro e da Bom Jesus é muito caro. Os conselhos tutelares têm que procurar órgãos do Governo para se instalar. Mas alugar um prédio por esse valor estrondoso, onde o Governo está querendo botar a Secretaria, pode.

Então, acho que este projeto, o Cadin, é muito bom, e aconselho o Prefeito a botar em dia os tributos da sua empresa, que está devendo, sem as correções, mais de R\$ 170 mil para os cofres do Município de Porto Alegre. Com certeza, esses R\$ 170 mil poderão ajudar a FASC, poderá ajudar no aluguel social, poderá ajudar alguma instituição, poderá ajudar a nossa Cidade, que tanto precisa de recursos públicos e não consegue tê-los, poderá ter uma grande contribuição ou então irá – quando eu comecei de *office boy*, muito se dizia “subir a ladeira” – subir a rua dos cartórios. Um jovem Vereador talvez nunca deve ter ouvido falar disso, “subir a ladeira”, é subir a rua dos cartórios e ir para o Cadin. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Fabrício Lunardi está com a palavra para discutir o PLE nº 002/18.

VEREADOR FABRÍCIO LUNARDI (NOVO): O Cadin é um cadastro de inadimplentes de devedores. O projeto faz com que esses devedores não possam contratar com o Município, participar de licitações, receber valores e incentivos fiscais. Por que isso é bom? Primeiramente, porque somos todos iguais perante a lei. Isso quer dizer que todos devemos quitar as nossas dívidas com o Município, assim como o Município tem

compromisso para com o cidadão, o contrário é verdadeiro. Seria injusto que uns pagassem as dívidas e outros não. É louvável uma ação como esta, que incrementa a fiscalização e que pode até ter como consequência certo aumento de arrecadação sem aumento de imposto, porém com uma medida de transparência. Eu acredito que esse é um projeto de transparência. É uma boa medida, porque estimula os devedores a pagarem as suas dívidas, sobretudo os grandes devedores. Como não existe almoço grátis, nem trâmites burocráticos, nem processos judiciais grátis, uma forma de a gente dirimir esses custos é sendo efetivo na cobrança, encorajando esses devedores – sobretudo os grandes – e também os que ainda são fornecedores do Município a continuarem a ter uma atitude de compromisso com as dívidas, para que não sejam impedidos de contratar com o Município, de participar de licitações, etc. Se nós nos importamos com isso – com que os grandes devedores, os grandes fornecedores quitem suas dívidas com o Município –, eu acho louvável que a gente apoie uma iniciativa como essa, como frisou a Ver.^a Fernanda anteriormente.

Outro benefício é este: vai estimular, vai induzir esses grandes fornecedores a manterem a seriedade, a quitação das dívidas com o Município. Esse é um projeto que vem da União, do Estado, que já têm esse mecanismo de cadastro funcionando. O Município, agora, também terá a oportunidade de contar com esse instrumento. Quero deixar aqui o meu apoio a esse projeto. Além de correremos o risco positivo de aumentarmos a arrecadação, conseguindo cobrar esses grandes devedores, a gente vai diminuir o custo de manutenção de processos de execução fiscal fadados ao insucesso pela burocracia e pela falta de efetividade. Tudo isso, frisando novamente, sem aumento de impostos, mas com arrecadação, com menos custo para manutenção de processos. É uma forma de estimular o pagamento da dívida, sobretudo dos grandes devedores.

Eu me coloco a favor desse projeto, acho que vai ser um importante passo do Município, é uma ferramenta que já está acontecendo nos níveis do Estado e da União. Deixo a minha opinião aos nobres colegas Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Moisés Barboza, à Emenda nº 02 ao PLE nº 002/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Fabrício Lunardi, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLE nº 002/18.

Apregoo a Emenda nº 08, de autoria da bancada do PT, ao PLE nº 002/18.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 08 ao PLE nº 002/18.

Apregoo a Emenda nº 17, de autoria da bancada do PT, ao PLCE nº 005/18.

Vereador Cláudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 002/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos na tarde de hoje, Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara. Eu venho à tribuna em período de discussão do projeto de lei que institui o Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados no Município de Porto Alegre, popularmente conhecido como Cadin, justamente para levantar algumas questões. Já foi mencionado nesta tribuna que o projeto tem méritos.

Existem alguns problemas que se somam para fazer com que a Prefeitura tenha justamente problemas de caixa: um deles é a inadimplência de algumas dívidas do Município, outro problema é o mau uso dos recursos públicos. Não podemos apenas citar pontualmente os déficits da Prefeitura colocando a culpa, como faz o Sr. Prefeito, única e exclusivamente, nos servidores públicos desta Cidade, porque, reiteradamente, ele usa os veículos de comunicação para atacar aqueles que ele elegeu como seus principais inimigos, que são os trabalhadores e trabalhadoras desta Cidade. Esse projeto pode trazer recursos aos cofres, porque a inadimplência ocorre aumentada por conta da crise financeira que assola boa parte das famílias neste País, mas também por conta do alto

índice de desemprego que o nosso Brasil, infelizmente, apresenta. Essas famílias estão com dificuldades, passando por um período de necessidade frente ao que está acontecendo em todo o Brasil, muitas delas atacadas pela reforma trabalhista do Governo Federal, obviamente, que dizia que queria gerar mais emprego, mas o que conseguiu foi precarizar ainda mais os postos de trabalho e manter, de certa forma, os altos índices de desemprego. Ou seja, a reforma trabalhista não disse a que veio, mas está demonstrando claramente que está atacando os trabalhadores e trabalhadoras desta Cidade.

Portanto, uso essa argumentação para despertar aqui uma preocupação bastante grande em relação a este projeto. A inserção da pessoa física no cadastro de inadimplentes pode fazer com que nós, no Município de Porto Alegre, cometamos grandes injustiças. Pessoas mais humildes, com exíguos recursos financeiros, passando por um período de dificuldade, como falei anteriormente, já que temos um alto índice de desemprego, podem ser negativados neste cadastro. Portanto, não acho justo que uma família humilde, com cinco ou seis pessoas, que viva em uma casa, se não conseguir quitar com algumas de suas despesas mensais ou anuais, como o IPTU, por exemplo, Ver. Tarciso Flecha Negra, seja negativada. Para um trabalhador, para uma trabalhadora, isso é humilhante, degradante, e, às vezes, não é nem por má-fé. Sabemos que existem pessoas, grande empresários, que usam justamente desse artifício de não quitar seus débitos, suas responsabilidades, para fazer com que esse recurso gire e seja aplicado no mercado, por exemplo, de ações, na especulação de crédito, o que é terrível. Essas pessoas é que devem ser negativadas, como, por exemplo, os grandes bancos, que têm grandes débitos com a Previdência Social, justamente sabem, mas o fazem porque essa dívida poderá ser rolada por muito tempo. Esses são os indivíduos que devem estar no cadastro. Esse tipo de ação deve ser coibida.

Destaco aqui, neste momento de discussão, a minha preocupação com relação à negativação e inserção do nome das pessoas físicas dentro deste cadastro. Portanto, sigamos as nossas discussões. Acredito que este projeto tem, sim, seus méritos, mas precisa de muitos ajustes para não serem cometidas injustiças, principalmente com as pessoas mais humildes em nosso Município. Um grande abraço a todos, sigamos nossos trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 002/18.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas. Acho que eu vou acabar repetindo algumas ideias que foram colocadas aqui seja pelo Prof. Alex ou seja por outros que me antecederam. Mas esse é um dos problemas de um projeto ter chegado em regime de urgência nesta Casa. É um projeto que tem logicamente o seu mérito, é um projeto que nós defendemos, é uma questão quase que lógica o Município ter instrumentos que cobrem os seus devedores. Eu acho que um cadastro vem nesse sentido. Quando digo um dos problemas de ele ter chegado em regime de urgência é que nós já temos oito emendas e várias subemendas, isso é uma das demonstrações de que o projeto tem contribuições a receber desta Casa, muitos deles foram feitos aqui pelos Vereadores, não sei se a pedido de alguma movimentação social ou não, mas muito por intuição, muito por entender que é importante fazer aperfeiçoamento no próprio projeto. Agora, a questão toda aqui não é simplesmente o tema, em tese, de que devemos ter um cadastro para os devedores do Município como uma forma, um instrumento de fazê-los pagar. Aqui a questão é o direcionamento que esse cadastro pode ter, aí que vêm as preocupações. Acho que a Ver.^a Fernanda, quando subiu aqui, lembrou da lei que tratava. Eu me lembro quando nós discutimos em 2014 ou 2015, se não me engano, a questão aqui das antenas de radiobase, lá se falava tanto na dívida que as operadoras tinham em relação...

Vereadora Fernanda Melchionna (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Agradeço o aparte. Pior, Ver. Marcelo, além daquele projeto, e o senhor tem razão, pegaram carona na Copa, o Prefeito mandou um novo projeto flexibilizando ainda mais agora, neste mês!

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Então, o clima daquela votação, eu estava aqui, era o meu primeiro mandato, era de que tínhamos que fazer as mudanças. Nós éramos contrários. Nós tínhamos que fazer as mudanças, terminar com as grandes antenas e colocar pequenas estações, que isso era melhor para a Cidade; em

compensação, as dívidas, os milhões que as empresas de comunicação deviam para a Cidade deveriam ser quitadas.

Então, vejam, aqui está mais uma demonstração, agora com a chegada da nova lei, de que, mais uma vez, dá mais uma colher de chá para as empresas, mostra que a lei pode ser boa, em tese, dependendo o direcionamento que ela dá, pode ser ruim para a Cidade. Nesse caso, nós não queremos que esse cadastro se torne um cadastro para perseguir, para tentar cobrar, além do trabalho que dá, porque são muitos os pequenos, também um direcionamento nas suas escolhas políticas.

Nós já fizemos uma emenda, é a Emenda nº 08, tem uma emenda do Ver. Janta, se não me engano, é a Emenda nº 03, que fala dos desempregados, a pessoa que está desempregada não seria incluída no Cadin, lembrando que o Cadin aqui está incluindo pessoas físicas e jurídicas. Então, veja, você que está nos assistindo em casa, e os próprios Vereadores que têm sensibilidade, às vezes, há uma dívida que o cidadão sequer sabe que está devendo. Ver. Pujol, ele tem um imóvel, esse imóvel ele não frequenta, nesse imóvel estourou um cano de água que gerou um consumo elevado, e pode estar lá o sujeito inscrito como pessoa física num cadastro de inadimplentes do Município. Então, é algo que realmente nós temos que ter atenção, infelizmente é um dos projetos por que lutamos aqui para não ter sido colocado em regime de urgência, e ele está em regime de urgência, e nós o votaremos, teremos que fazer emendas da forma como ele está. Então, esse é um dos temas aqui. E a nossa emenda, depois a discutiremos especificamente, trata justamente disso, tentar fazer um recorte para que esse Cadin não seja utilizado para quem tem renda baixa, inclusive as pequenas e microempresas. Aí, Ver. Fabrício, essa fala é uma emenda inclusive assinada pelos partidos de oposição, eu digo PSOL e PT, também desconstruindo um pouco essa ideia de que somos contra o empreendedorismo, o empreendedorismo está também na microempresa individual, na pequena empresa, na microempresa. Então, quando se fala aqui na dimensão empresarial do Estado, logicamente não é apenas o grande empresário, é também o pequeno e o microempresário, então aí um olhar para isso que trazemos através da emenda. Então, nós sugerimos que este projeto seja debatido a fundo, apesar de ter uma concordância na tese, nós estamos preocupados com o direcionamento que ele pode dar a partir da sua aprovação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Cláudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze Vereadores presentes. Não há quórum.

(17h44min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu estava aqui aguardando a possibilidade de votarmos a proposição cuja discussão se encerrou. Na impossibilidade de isso ocorrer, pela ausência de quórum, venho à tribuna para registrar, de uma forma muito expressiva, a minha solidariedade com o Ver. Márcio Bins Ely, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao Sr. Sidnei Zolim Boccudo. Obviamente, no caso, repete-se uma posição que eu tenho sustentado ao longo de todo o período aqui na Câmara, que cabe ao proponente, autor da iniciativa, sustentar e justificar a proposição. No caso concreto, conhecendo como conheço o homenageado, para mim dispensa justificativa. Aliás, esse critério eu tenho seguido à risca, nunca deixei, em nenhum momento, de me somar aos proponentes e ajudá-los a homenagear as pessoas que eles julgavam com condições de merecer esse julgamento. E aí se inclui, por exemplo, o ex-Prefeito Raul Pont, com relação ao qual eu não só votei favoravelmente à proposição como também fui à tribuna dizer que, independente das nossas divergências ideológicas, ele era merecedor da homenagem por ser um homem de bem, um homem digno, como efetivamente o é. Eu não posso, de forma alguma, aceitar que se coloquem, nesse tipo de matéria, as divergências ideológicas como parâmetro ou base de sustentação de posições. Por isso eu vejo que, nas homenagens que aqui se pretendem prestar, sempre há uma justificativa precisa e

algumas até emotivas para nós, como é o caso da proposta do Ver. Elizandro Sabino, de distinguir a Banda Marcial São João com uma homenagem de Honra ao Mérito; evidentemente isso me toca muito forte porque na minha adolescência convivi muito com o Colégio São João e especialmente com a sua banda.

Por isso, Sr. Presidente, no apagar das luzes desta nossa sessão, a primeira da semana em que abordamos vários assuntos e acabamos não decidindo sobre nenhum deles, eu quero acentuar, de forma muito expressiva, as circunstâncias que, a partir de agora, passam a nos exigir uma ocupação plena com a série de projetos de lei sob nosso exame, alguns dos quais já enfrentados anteriormente, e este que foi amplamente discutido no dia de hoje, que, com a discussão encerrada, será prioritário na próxima reunião, na quarta-feira vindoura, quando será a primeira das matérias a constar na Ordem do Dia, este projeto que institui o Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Município de Porto Alegre.

Assim sendo, Sr. Presidente, serve a minha intervenção, fazendo os registros já colocados e exaltando aqueles companheiros que nos acompanham até o presente momento, treze companheiros, que justificaram que a sessão se interrompesse no que diz respeito ao período de votação, a Ordem do Dia propriamente dita, e nós pudéssemos vir à tribuna com essa manifestação relativamente à discussão preliminar que hoje se abre sobre os projetos já comentados. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde! Na verdade, nesse espaço aqui reservado à discussão preliminar de Pauta, a gente só tem a saudar este projeto apresentado, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely e Ver. Dr. Thiago, incluindo a efeméride Mês de Incentivo ao Aleitamento Materno, o Agosto Dourado. Parabenizo os Vereadores por este importante momento. Eu, que sou pai, sei da importância da amamentação para as nossas crianças.

Uso este espaço também porque esta é uma data muito importante, e eu não poderia deixar de saudar hoje, 25 de junho, o nosso aniversário, Vereador, o aniversário do

Partido da Social Democracia Brasileira. Hoje fazemos 30 anos, e eu não poderia deixar de saudar as pessoas que fizeram com que eu ingressasse no PSDB pelos motivos certos, que estão cada vez mais escassos, Mário Covas, Artur Virgílio. Temos várias pessoas que a gente pode enunciar publicamente como homens públicos que colocaram os interesses coletivos acima dos interesses individuais. Então não poderia deixar de saudar a data de hoje, dia 25 de junho, e também saudar um grupo, um movimento nacional de que faço parte há muito anos, com muito orgulho, que hoje é um movimento pluripartidário nominado como 25 de junho. Um grande abraço! Eu não podia deixar de me manifestar aqui na Câmara de Porto Alegre sobre essa data. Parabéns à Social Democracia Brasileira e parabéns ao movimento 25 de junho! Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h52min.)